

Pensar con los ojos

A Amazônia urbana no Século das Luzes, algumas pinceladas

Pensar con los ojos: La Amazonía urbana en el Siglo de las Luces, algunos apuntes

Penser avec les yeux : La Amazonie urbaine au Siècle des Lumières, quelques impressions

Thinking with the eyes: The urban Amazon in the Age of Enlightenment, some impressions

Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno, Pedro Hungria Cabral e Marcio Rodrigo Cêlho de Carvalho



Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/7831>

DOI: 10.4000/terrabrasilis.7831

ISSN: 2316-7793

Editora:

Laboratório de Geografia Política - Universidade de São Paulo, Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica

Referência eletrônica

Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno, Pedro Hungria Cabral e Marcio Rodrigo Cêlho de Carvalho, «Pensar con los ojos», *Terra Brasilis (Nova Série)* [Online], 14 | 2020, posto online no dia 31 dezembro 2020, consultado o 18 março 2021. URL: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/7831> ; DOI: <https://doi.org/10.4000/terrabrasilis.7831>

Este documento foi criado de forma automática no dia 18 março 2021.

© Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica

Pensar con los ojos

A Amazônia urbana no Século das Luzes, algumas pinceladas

Pensar con los ojos: La Amazonía urbana en el Siglo de las Luces, algunos apuntes

Penser avec les yeux : La Amazonie urbaine au Siècle des Lumières, quelques impressions

Thinking with the eyes: The urban Amazon in the Age of Enlightenment, some impressions

Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno, Pedro Hungria Cabral e Marcio Rodrigo Cômho de Carvalho

NOTA DO AUTOR

O presente artigo aprofunda questões levantadas em palestra proferida no Curso de extensión Amazonia Cartográfica Tierras calientes, paraísos ignotos y discursos geográficos, GET – Grupo de Estudios Transfronteirizos, promovido pela Universidade Nacional da Colômbia – Sede Amazônia.

Território em disputa: o que revelam a iconografia e a cartografia das expedições científico-demarcatórias sobre o mundo urbano na Amazônia setecentista?

- 1 Como nos ensina Damian Bayon (1993), para conhecer é preciso treinar o olhar, aprender a ver. Amante das viagens *in loco*, na ausência dessa possibilidade o historiador da arte argentino nos convida a olhar imagens, imaginar-se *in situ*, transportando-se para outros tempos em busca de suas lógicas.
- 2 Este é o convite do presente artigo. Deixar-se levar pelas imagens e indagar sobre a rede urbana na Amazônia arquitetada no Século das Luzes, nos confins entre a América

Portuguesa e Espanhola então em processo de definição, resultante de planejamento e projeto por parte de ambas as coroas. E, além disso, explicar o vazio cartográfico recorrente na zona do atual Acre, vazio que não significava inexistência de ocupação por parte das populações autóctones, mas vazio da presença colonial no período em questão.

- 3 As fronteiras acordadas e demarcadas em fins do século XVIII, portanto, antes da nossa Independência, são relativamente iguais às atuais, com ligeiras variações, a maior parte em favor do Brasil. Portugal beneficiou-se sobremaneira na porção setentrional do continente americano por arquitetar a sua presença na região amazônica desde a assinatura do Tratado de Madri (1750), no âmbito da política pombalina de urbanização das áreas de fronteira com vistas a fazer valer o princípio do *uti possidetis*. Também preparou seus quadros técnicos – engenheiros militares e astrônomos – desde o Reinado de D. João V (1706-1750) e se as *Partidas* do Tratado de Madri foram integradas majoritariamente por estrangeiros, o mesmo não pode ser dito das comitivas pós-Tratado de Santo Ildefonso (1777), compostas principalmente por lusitanos e brasileiros ex-alunos dos melhores centros de estudos do reino e das conquistas ultramarinas – Academias Militares e Faculdade de Matemáticas da Universidade de Coimbra.
- 4 O resultado é toda uma parte tomada dos *Vice-Reinados de Lima e de Santa Fé* (Peru e Colômbia, respectivamente), a partir de Ega (Tefé), ponto estratégico da Bacia Amazônica onde afluíam três enormes cursos d'água (o Amazonas vindo do Peru, o Japurá e o Rio Negro).
- 5 Como nos mostrou Renata Araújo (1998, 2012), a rede de vilas e fortalezas fundadas na Bacia Amazônica num curto período representa o vigor do planejamento estratégico então em causa: Macapá (1752), Chaves (1758), Santarém (1754), Monte Alegre (1758), Alenquer (1758), Óbidos (1758), Faro (1758), Maracoatiara (1759), Barcelos (1757), Ega (1759), Olivença (1759), São José do Javari (1759). Essa rede assegurou a interiorização de 2400 quilômetros no Rio Amazonas – vale ressaltar que a Linha de Tordesilhas passava na Ilha de Marajó.
- 6 Em teoria, significava mais território; na prática, significava a salvaguarda de 2400 quilômetros de acesso exclusivo ao Oceano Atlântico. A perda de boa parte do Rio Amazonas pelos espanhóis não correspondia apenas em renunciar a um território abstrato, mas de entregar aos portugueses a rota mais fácil de acesso à Europa, melhor mesmo que o percurso inverso, via Rio Napo-Quito e dali à Lima. Era, sem dúvida, o acesso mais fácil e menos penoso.
- 7 A dilatação dos confins vai de encontro ao que definira o Tratado de Santo Ildefonso. O acordo de 1777 estabelecia que, da embocadura do Rio Japurá à foz no Oceano Atlântico, o Amazonas era de navegação privativa de Portugal; na direção contrária, até o marco do Rio Javari (uma extensão de uns 400 quilômetros), a navegação era comum às duas Coroas; e, a partir do Forte de Tabatinga, águas acima, era exclusiva da Coroa espanhola. Insatisfeitos com isso, e por meio de mil artimanhas, os portugueses interiorizaram o quanto puderam sua presença em solos castelhanos, dilataram a exclusividade de navegação até a boca do Rio Javari e jamais entregaram aos espanhóis o Forte de Tabatinga, malgrado as decisões tomadas de comum acordo.
- 8 Recorrentemente, os portugueses remanejaram índios de povoações castelhanas e, ao fundar novas povoações lusas em áreas de seu interesse, apagavam intencionalmente os vestígios da precedência alheia em solos visados.

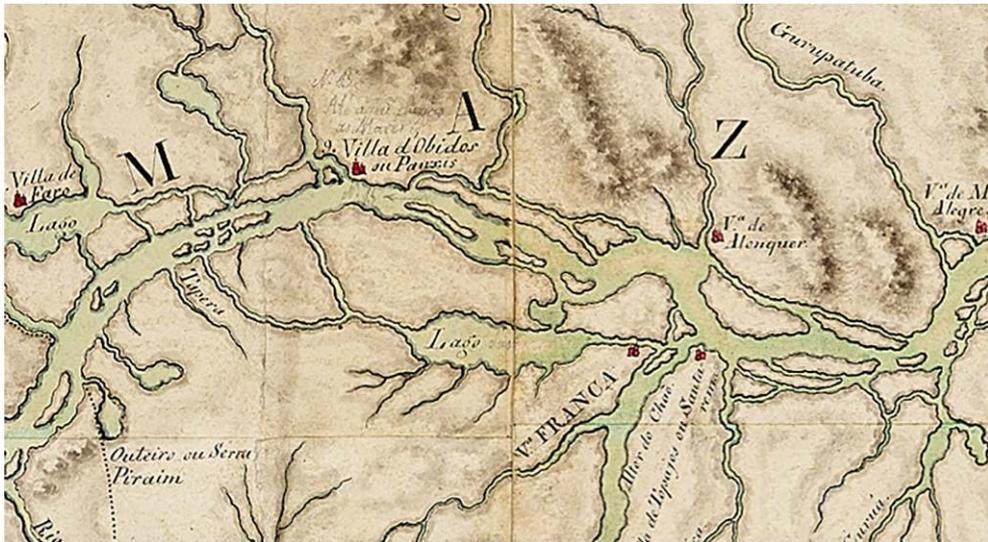
- 9 Ao rejeitar a sugestão de linhas arbitrárias proposta pelos castelhanos, os portugueses advogaram por fronteiras naturais, cujos contornos conheciam mais pormenorizadamente, pois os espanhóis sequer dispuseram de astrónomos nas expedições de demarcação do Norte – os levantamentos foram realizados pelos lusitanos.
- 10 As cartas gerais da América Meridional realizadas por ambas as Coroas ibéricas apresentam as fronteiras Norte em vias de negociação. O *Mapa Geográfico de la mayor parte de La America Meridional*, elaborado por Francisco Requena y Herrera, datado de 1796, é contemporâneo da Carta Geral do Brasil [conhecida como *Nova Lusitania*], finalizada em 1797 (Figura 1, Figura 2, Figura 3).

Figura 1: Carta Geographica de Projeção Espherica da Nova Lusitânia ou América Portuguesa e Estado do Brazil [1797]



1 mapa em 16 folhas coladas: ms., color., 199 x 202 cm
Fonte: Direcção dos Serviços de Engenharia – Lisboa

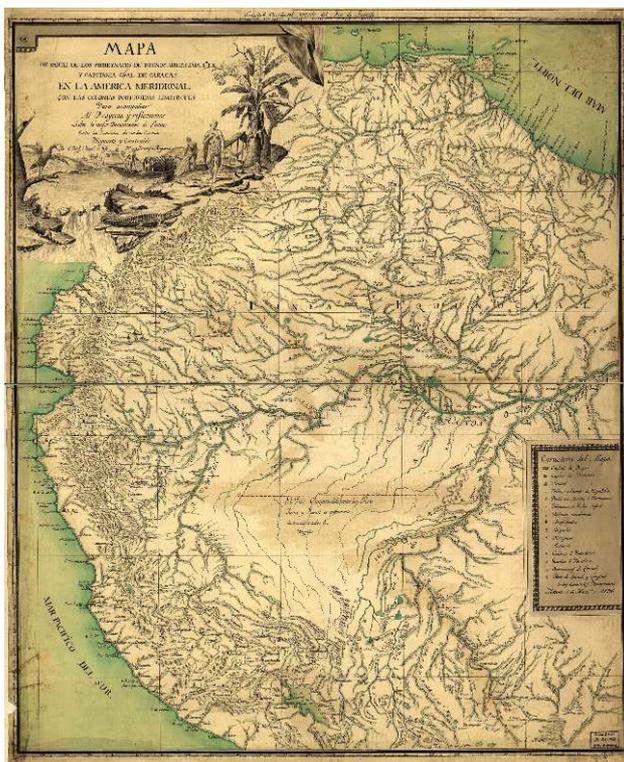
Figura 2: A rede urbana na Bacia Amazônica. Detalhe da *Carta Geographica de Projeção Espherica da Nova Lusitânia ou América Portuguesa e Estado do Brazil* [1797]



1 mapa em 16 folhas coladas: ms., color., 199 x 202 cm

Fonte: Direcção dos Serviços de Engenharia – Lisboa

Figura 3: Francisco Requena. *Mapa de parte de los virreynatos de Buenos Aires, Lima, Sta. Fe y capitania g^{ral.} de Caracas en la America meridional con las colonias portuguesas limitrofes para acompañar al proyecto y reflexiones sobre la mejor demarcacion de limites entre los dominios de ambas coronas dispuesto y construido, 1796*



1 ms. map : col. ; 78 x 64 cm

Fonte: Library of Congress Geography and Map Division Washington, D.C. 20540-4650. Disponível em: <https://lcn.loc.gov/2003683947>

- 11 No mapa de Requena, o engenheiro sugere por onde deveriam passar as fronteiras e as linhas amarelas representam a incorporação do território percorrido conjuntamente com os portugueses.
- 12 As fronteiras definidas àquela altura são muito semelhantes às atuais. À fronteira Norte, bastante dilatada ao longo do rio Japurá até o Apaporis, somou-se a fronteira Noroeste, definida pelo Rio Javari, que se estendia em linha reta sobre o atual estado do Acre e chegava ao rio Guaporé, igualmente urbanizado e fortificado durante o reinado de D. Maria I – usurpando, inclusive, áreas acordadas como pertencentes aos espanhóis. O Forte Príncipe da Beira, por exemplo, construído após a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso, foi fruto de pura má fé lusitana, causando controvérsia e sendo recorrentemente incitado à demolição, pois ocupava a margem esquerda do Rio Guaporé definida como território castelhano. Todavia, os lusitanos jamais o fizeram, assim como também não entregaram o estratégico Forte de Tabatinga, como estabelecia o Tratado de Santo Ildefonso.
- 13 Os desígnios lusos tiveram vários estrategas e homens de Luzes envolvidos, não sendo mera coincidência o fato de ambas as regiões – Norte e Oeste – terem sido governadas pelo capitão general João Pereira Caldas, governador da Capitania de São José do Rio Negro e, posteriormente, também da do Mato Grosso, e comandante da *Terceira e Quarta Partidas* de Demarcação das Fronteiras. Realidades afins foram tratadas em conjunto.

O que revela o georreferenciamento das aquarelas atribuídas a Francisco Requena y Herrera?

- 14 As aquarelas atribuídas a Francisco Requena y Herrera são a única série documental a registrar a atuação conjunta das comitivas hispano-lusa durante um ano de trabalho em plena selva amazônica, entre 05 de julho de 1781 e 15 de julho de 1782. Destacadas em vermelho, vê-se que incidem em região fronteira, especialmente em solos da Colômbia e Peru atuais.
- 15 Localizadas na Biblioteca Oliveira Lima da *The Catholic University of America*, em Washington DC, as dez aquarelas atribuídas a Francisco Requena y Herrera não estão datadas e nem assinadas. São parte de uma coleção maior, dispersa em diversos arquivos, e reúnem mapas, planos, desenhos, diário, extrato e memórias.
- 16 No que diz respeito aos núcleos castelhanos, são apenas duas que revelam suas características, as demais representam rios e acidentes geográficos percorridos por ambos os expedicionários:
- 17
 1. Balsas Del Rio Guayaquil.
 2. Modo de abrir ló interior de lós arboles, para formar de todo su grueso El casco de uma embarcación.
 3. Vista del Pueblo de S. Joaquin de Omaguas provincia de Mainas en el río Marañon (Lâmina III).
 4. Vista Del Pueblo de S. Ignacio de Pevas de Mainas em El rio Marañon (Lâmina IV).
 5. Raudal Mirí em El rio Yapurá.
 6. Vista Del raudal y salto de Cupatí en el rio Japurá vencido por la 4ª. División de Limites, año de 1782 (Lâmina IX)
 7. Segundo Salto del Rio de los Enganos.
 8. Primer raudal Del rio Mesay.

- 9. Cascadas del Rio Cuñaré (Lâmina XVI).
- 10. Vista Del Salto invadeable Del Rio Apaporis (Lâmina XVII).
- 18 Georreferenciados e especializados no *Google Earth*, eles dão a medida da vasta região em disputa (Figuras 4 e Figura 5).

Figura 4: Georreferenciamento das aquarelas de Francisco Requena y Herrera (em vermelho), as aquarelas da *Viagem Filosófica* de Alexandre Rodrigues Ferreira (em amarelo) e as gravuras de André João Schwebel (em azul)



Elaborado por Pedro Hungria Cabral

Figura 5: Detalhe do georreferenciamento das aquarelas de Francisco Requena y Herrera (em vermelho), correspondente a zona em disputa entre os Vice-Reinados de Lima e de Santa Fé (Peru e Colômbia, respectivamente) e a Capitania de São José do Rio Negro, a partir de Ega (Tefé), ponto estratégico da Bacia Amazônica onde afluíam três cursos d'água gigantes (o Amazonas vindo do Peru, o Japurá e o Rio Negro)



Elaborado por Pedro Hungria Cabral

- 19 As aquarelas atribuídas a Francisco Requena y Herrera são a única série documental a registrar a atuação conjunta das comitivas hispano-lusa durante um ano de trabalho em plena selva amazônica, entre 05 de julho de 1781 e 15 de julho de 1782. Destacadas em vermelho, vê-se que incidem em região fronteiriça, especialmente em solos da Colômbia e Peru atuais. Localizadas na Biblioteca Oliveira Lima da *The Catholic University of America*, em Washington DC, as dez aquarelas atribuídas a Francisco Requena y Herrera não estão datadas e nem assinadas. São parte de uma coleção maior, dispersa em diversos arquivos, envolvendo mapas, planos, desenhos, diário, extrato e memórias.
- 20 No que diz respeito aos núcleos castelhanos, registram uma *Vista del Pueblo de S. Joaquin de Omaguas provincia de Mainas en el río Marañon* (Lâmina III) (Figura 6) e outra *Vista del Pueblo de S. Ignacio de Pevas de Mainas em el río Marañon* (Lâmina IV).

Figura 6. “Vista del Pueblo de S. Joaquin de Omaguas provincia de Mainas en el río Marañon”



“As Canoas de Ynfieles que atacaron la Poblacio hallando-se con pocas gentes el Comisario, y fueron rechazados con muerte de algunos de dichos Ynfieles”

Fonte: Acervo da Biblioteca Oliveira Lima da The Catholic University of America, Washington DC.

- 21 Os núcleos castelhanos não diferiam muito dos portugueses, como se verá adiante. Modestos em dimensão, apresentam arquitetura predominantemente de madeira, coberta de palha, simbioticamente imersa na selva e estrategicamente articulada aos eixos fluviais, únicas rotas de mobilidade. A presença indígena e mestiça é sempre marcante, majoritária, em meio a uns poucos escravos africanos e europeus.
- 22 Sobre Francisco Requena y Herrera (1743-1824) e a comitiva espanhola poucos pesquisadores luso-brasileiros conhecem o líder da comitiva espanhola que integrava a *Quarta Partida* encarregada de percorrer a região amazônica e cartografá-la com o intuito de fundamentar a negociação das fronteiras entre a América Espanhola e Portuguesa após a assinatura do Tratado de Limites de 1777.
- 23 Requena e seus desenhos mereceram estudo pioneiro do historiador de arte norte-americano Robert Chester Smith – *Requena and the Japurá: some eighteenth century watercolors of the Amazon and other Rivers* –, publicado na revista *The Américas* da *The Catholic University of America Press*, em Washington D.C., em 1946. O texto teve

divulgação restrita e só recentemente foi retomado no estudo pormenorizado realizado por Eric Beerman (1996) e Beatriz Bueno (2012, 2013).

- 24 Em fevereiro de 1764, Requena foi designado como Alferes para a Audiência do Panamá, na América, e permaneceu por 30 anos no continente sul-americano (1764-1795), dezesseis dos quais na região amazônica, contraindo matrimônio em Guayaquil em 1772, do qual nasceram seis filhos. Destacando-se por suas habilidades cartográficas, em 1776, com a circulação da notícia do litígio das fronteiras na América Meridional, ele foi encarregado pelo presidente da *Audiência de Quito* de redigir uma memória sobre as melhores rotas para alcançar o grande rio Marañon ou das Amazonas: *Descripción de los varios caminos que dan passo desde la ciudad de Quito al rio Marañon*. No mesmo ano ascendeu a capitão e, mais tarde, foi nomeado quartel mestre general da expedição espanhola na selva amazônica. Em 1778, foi encarregado de realizar o mapa da Audiência de Quito, incluindo a enorme *província amazônica de Mainas*. Entre 1779 e 1795, ele foi designado primeiro comissário espanhol da *Quarta Partida*, comissão encarregada de mapear o Rio Amazonas e alguns dos seus afluentes mais interiorizados, como o Japurá e o Javari, as fronteiras mais extremas do Brasil ao Norte.
- 25 Nessa condição, em 15 de março de 1780, chegou a *San Joaquín de Omaguas*, a capital da *Província de Mainas*, onde também foi nomeado governador interino. Na aquarela referente a *San Joaquín de Omaguas*, Requena se auto-representa de casaca azul, colete vermelho, meia branca e tricórnio, no canto superior esquerdo, mencionando-se como “o Comissário” na legenda.
- 26 Em *Omaguas* organizou a comitiva: Francisco Requena y Herrera – Primeiro comissário; Felipe Arechúa y Sarmiento (capitão de milícias de Quito, segundo comissário), Juan Manuel Benítez (tenente de milícias de Quito, tesoureiro); seu cunhado Gaspar Santisteban (cadete habilitado de oficial, secretário); Juan Salinas (ajudante); Padre Mariano Bravo (Capelão); Manuel Vera (médico); Justo Munãr (cabo de esquadra, guarda-armazém); 1 cadete; 2 sargentos; 2 cabos, 25 soldados brancos e 2 negros (12). Destacam-se no grupo três práticos que lhe serão fiéis escudeiros ao longo de toda a jornada: José Cartagena (desenhista); Joaquín Bustos (sargento mor) e Fernando Rojas (índio Yuri da Província de Mainas, instruído nos costumes e idiomas de várias nações de índios e conhecedor da região amazônica, nomeado tenente). Como se pode notar, Requena não dispunha de astrônomos, nem de outros engenheiros qualificados para a realização dos trabalhos cartográficos.
- 27 A comitiva espanhola saiu de *S. Joaquin de Omaguas* em 09 de fevereiro de 1781 e atracou no *Forte de Tabatinga* quase um mês depois, em 7 de março de 1781. Ao chegar, Requena escreveu ao Vice-Rei solicitando reforços e víveres, mas o chefe supremo não se encontrava na capital do Vice Reinado de Santa Fé, tendo se deslocado 600 quilômetros a Norte, para Cartagena de Índias, em função de uma possível invasão britânica via Jamaica. Em outras palavras, o vice-rei deixou Requena vulnerável, carente de embarcações, de técnicos, de índios e de víveres. As distâncias dão a medida dos desafios enfrentados. Tratava-se de um continente dentro do continente americano.
- 28 A desigualdade de condições explicita-se em outra súplica de Requena que, nessa ocasião, também solicita a ascensão ao posto de tenente-coronel, argumentando que os dois comissários portugueses eram brigadeiro e coronel. Embora cada partida hispano-lusa devesse ser integrada por 2 comissários, 2 engenheiros, 2 geógrafos e 2 práticos, entre inúmeros outros membros e índios, avatares da razão de Estado impediram Requena de compor a sua da forma adequada, o que o obrigou a cumprir diversos

papeis simultaneamente, conspirando – sem o querer – a favor de Portugal na demarcação dos limites do Norte, como tentaremos demonstrar.

- 29 O mapa de Requena mostra a farta rede eclesiástica presente na Colômbia e Peru atuais, especialmente de carmelitas e franciscanos. Por sua vez, as aquarelas refletem seu roteiro de viagem, no sentido inverso dos portugueses. A comitiva espanhola saiu de S. *Joaquin de Omaguas* em 09 de fevereiro de 1781 e atracou no *Forte de Tabatinga* em 07 de março de 1781, ponto de encontro das comitivas.
- 30 Notar a posição estratégica dos fortes, como, por exemplo, o de Forte de Tabatinga, sempre situados nas confluências de rios tributários do Amazonas.
- 31 Por sua vez Chermont, Wilckens e os demais integrantes da comitiva portuguesa partiram de *Barcelos* – capital da Capitania de São José do Rio Negro – em janeiro de 1781, aportando no *Forte de Tabatinga* em 02 abril de 1781 em 10 canoas, chefiados pelo engenheiro militar Teodósio Constantino Chermont, seu primeiro comissário. Outras 5 canoas permaneceram com o engenheiro Henrique João Wilckens (segundo comissário), deixado na desembocadura no Rio Japurá. Além deles, integraram o grupo: Eusébio Antônio Ribeiro e Pedro Alexandrino Pinto de Sousa (engenheiros) (17); José Joaquim Vitorino da Costa e José Simões de Carvalho (18) (astrônomos); Antonio Coutinho (tesoureiro); Sebastián Josef Prest (secretário); Francisco Gómez Almeida e Josef Ferreira (médicos); Custodio Matos (escrivão); Cleto Marquez (guarda-armazém); Francisco Silveira (Comandante de tropas); Francisco Coutinho (Lugar-Tenente); 2 sargentos; 45 soldados e 220 índios bogas e artesãos de todos os ofícios.
- 32 Aos 37 anos, Requena ombreava só em idade com os dois experientes engenheiros lusitanos. Teodósio Constantino Chermont, nascido em Estremoz no ano de 1760, já servia no Grão Pará há seis anos e àquela altura era Brigadeiro. Bom cartógrafo, ele era filho do engenheiro João Alexandre Chermont, lente desenhador da *Academia Militar de Lisboa* nomeado por Manoel de Azevedo Fortes. Já o Coronel Wilckens integrara a expedição-científica do Norte por ocasião da assinatura do Tratado de Madri (1750) e, por estar desde 1753 na região amazônica, ele a conhecia profundamente. Além dos dois chefes, havia mais dois engenheiros militares na comitiva portuguesa – Eusébio Antônio Ribeiro e Pedro Alexandrino Pinto de Sousa –, e dois astrônomos – José Joaquim Vitorino da Costa e José Simões de Carvalho – responsáveis pelos levantamentos das latitudes e longitudes necessários para a confecção dos mapas.
- 33 Em seu *Extrato*, datado de 1796, Requena registra as desvantagens técnicas dos castelhanos e como contornou tais infortúnios para prosseguir na missão, malgrado sem pessoal qualificado e sem apoio régio. No artigo 75 do seu *Extracto*, registra que os engenheiros acordaram confeccionar um mapa que incluiria todos os lugares por onde passava a linha fronteira. Desse mapa seriam feitos dois exemplares diariamente, um de cada *Partida*, e era aconselhável que todas as noites ambos cotejassem seus respectivos desenhos. Os diários de cada *Partida* deveriam ser intercambiados igualmente todas as noites, verificando-se todas as operações antes de passar a limpo as anotações. Sem astrônomos, Requena teve de se valer das observações das longitudes e latitudes realizadas pelos matemáticos portugueses, dando crédito a eles em todos os seus mapas – *filé mignon* em situações estratégicas dessa natureza, podendo resultar em distorções ou manipulações intencionais dos dados. A cada noite as passavam aos espanhóis para que ambas as comissões elaborassem os correspondentes planos e mapas.

- 34 Em 5 de julho de 1781, ambas as comitivas iniciaram os trabalhos, estabeleceram as primeiras fronteiras entre a Audiência de Quito e o Estado do Grão Pará e colocaram um marco na desembocadura do rio Javari, próximo do Forte de Tabatinga. Desde ali, águas acima, a navegação do Javari deveria voltar a ser privativa dos espanhóis, devendo os portugueses ceder o Forte de Tabatinga segundo o Tratado de Santo Ildefonso, o que não ocorreu. Em 16 de agosto de 1781, a comitiva conjunta deixou o Forte de Tabatinga em direção a Ega (Tefé), outro quartel general luso, a 500 quilômetros da atual Manaus, na estratégica confluência entre os Rios Amazonas (Solimões), Negro e Japurá. Na rota, passaram pela *Missão Carmelita de São Paulo de Olivença*, também portuguesa.
- 35 Chegaram em Ega (Tefé) após um mês de viagem, em 28 de setembro de 1781. Ali, o primeiro objetivo de ambas as comitivas era assinalar a linha fronteira e, uma vez completada a missão, registrar as paragens demarcadas em mapas e diários para evitar disputas futuras.
- 36 Requena quis penetrar o rio Japurá no mês de dezembro de 1781, mas foi persuadido por Chermont para não o fazer, pois, segundo os práticos, não era a estação mais favorável. Assim tiveram de esperar cinco meses para dar prosseguimento aos trabalhos.
- 37 As adversidades do clima amazônico impunham desafios à navegação e recorrentes paradas. Somente no dia 07 de março de 1782 atingiram o povoado de *San Joaquin de Pucrumas* e o encontraram abandonado, segundo Chermont, devido às incursões dos temíveis índios muras e à epidemia de varíola. No entanto, à boca pequena, corria o boato de que o comissário Wilckens havia transferido a população quando da sua estadia na área no ano anterior.
- 38 Três dias mais tarde, atingiram o rio Cama e depois o rio Pureos. Chegaram à desembocadura do Rio Apaporis, onde ambos os comissários desembarcaram e pisaram em terras hoje pertencentes à atual Colômbia.
- 39 Segundo o Tratado de 1777, Requena insistiu em adentrar o Rio Apaporis e seguir a demarcação pelo Norte, mas Chermont se opôs, insistindo em encontrar o rio dos Enganos e seguir a estratégia lusitana de adentrar mais e mais os domínios espanhóis sob a alegação de que o Apaporis tinha muitos saltos perigosos. Requena retrucou que as cascatas do rio dos Enganos eram ainda piores, sobretudo o salto Cupatí do rio Japurá antes de alcançar os Enganos. Chermont quis explorar primeiro o rio dos Enganos e depois o Apaporis; como Requena dependia dele e de seus astrônomos, engenheiros e instrumentos, eles firmaram um acordo em 26 de março de 1782 para reconhecer conjuntamente o rio dos Enganos e, depois, também o Apaporis.
- 40 Vencidas as cascatas, em 12 de abril de 1782, eles chegaram ao povoado *Tabocas*, fundado há um ano pelo comissário português Wilckens, com índios extraídos da margem correspondente à Espanha segundo o Tratado de 1777. Requena manifestou novamente descontentamento por mais essa artimanha dos portugueses.
- 41 Quinze dias mais tarde, ambas as comitivas atingiram a boca do rio dos Enganos. Segundo os práticos, em dois dias alcançariam o famoso salto do Japurá. Em 29 de abril de 1782 chegaram às escarpadas muralhas de pedra cortadas a pico, de cem varas de altura (100 x 1,10 centímetros = c.100 metros). Naquele trecho, o rio Japurá apresentava 50 varas (50,5 metros) de largura. Os práticos reconheceram primeiro o salto, comentando que dali em diante o curso do rio era suave, permitindo acessar as missões franciscanas espanholas do distrito de Popoyán. Atingiram a máxima interiorização do

Japurá (Alta Caquetá) e sem possibilidade de continuar, retornaram e adentraram no rio dos Enganos.

- 42 Rio de nome indígena, foi então renomeado, ganhando o topônimo lusitano “dos Enganos” por ensejar uma série de controvérsias. Águas acima, trezentas varas de largura (300,30 metros), ambas as comitivas o penetraram. Em 08 de maio de 1782 depararam-se com um segundo salto.
- 43 As comitivas partiram juntas até a boca do rio Mesay, ali chegando no dia 21 de maio de 1782. Lá dividiram-se em duas equipes: em 28 de maio de 1782, Requena e Chermont continuaram no rio dos Enganos, alcançando o Cuñaré e o Amú; e o prático português, junto do desenhista Cartagena, partiram para configurar o rio Mesay, cruzando com 40 índios que comerciavam no Norte com as missões espanholas de *San Juan de los Llanos y del Orinoco*. Cartagena retornou com o desenho do rio Mesay que Requena incorporou às suas aquarelas. A existência de um registro de um lugar não percorrido por Requena, suscita a dúvida quanto à autoria de todas as aquarelas, para a qual não temos resposta.
- 44 Dali em diante, seguindo o acordo estabelecido, partiram os comissários para investigar o Apaporis, atingindo o Salto do Cupatí em 20 de junho de 1782, atitude que condicionou a demissão de Chermont do posto de primeiro comissário e sua substituição por Wilckens como chefe da comitiva portuguesa, por ter se submetido aos interesses espanhóis; afinal, era Requena que insistia na necessidade de se investigar o Apaporis.
- 45 As *Partidas* penetraram o Apaporis. Em 23 de junho de 1782 atingiram o rio Taraíra, que hoje serve de fronteira entre Colômbia e Brasil. Alcançou um trecho intransitável, que exigiu varação, registrada na última aquarela da série.
- 46 Dia 05 de julho de 1782, ambos os comissários acordaram regressar. Chegaram ao *Pueblo Nuevo*, povoado português estabelecido há pouco por Chermont no rio Japurá. Requena lamentou que os índios dali haviam sido deslocados do rio Aupe, solo pertencente aos espanhóis, obrigando a Espanha a ceder terreno aos portugueses segundo o Tratado de Madri, artimanha recorrente dos lusitanos para fazer valer o princípio do *uti possidetis*. Em 13 de julho de 1782 chegaram a *San Antonio de Maripí*, atingindo Ega (Tefé) em 15 de julho de 1782. Um ano mais tarde, dos 500 homens que integraram ambas as comitivas, regressaram 30, o que dá a medida dos desafios enfrentados entre 05 de julho 1781 e 15 de julho de 1782.

A natureza dos núcleos urbanos portugueses: o que revela o georreferenciamento dos manuscritos e documentos iconográficos de André Schwebel e da Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira?

- 47 Para aquilatar a quantidade e a qualidade dos núcleos urbanos de matriz portuguesa na Amazônia, outra preciosa série iconográfica resulta da *Viagem Filosófica* de Alexandre Rodrigues Ferreira. Compará-la à luz de outros documentos feitos acerca da região, não apenas os iconográficos, mas sobretudo diários de viagens e memórias, dá a ver as características materiais e humanas da rede urbana local. Foram consultados os seguintes documentos: *Roteiro da Viagem da Cidade do Pará, até as últimas colônias do Sertão da Província*, produzido pelo Padre José Monteiro de Noronha, em 1768, bem como o *Diário da Viagem da Capitania do Rio Negro*, elaborado pelo ouvidor Francisco Xavier

Ribeiro de Sampaio, referente aos anos de 1774 e 1775. Esses documentos circularam como manuscritos durante o século XVIII, e o naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira faz referência direta a eles em seus diários de viagem (Ferreira, 1983). O exercício é um desdobramento dos trabalhos iniciados na dissertação de mestrado de Pedro Hungria Cabral, em andamento na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, sob orientação de Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno e coorientação de Dante Martins Teixeira, e apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. A estratégia metodológica permite cotejar documentos da contemporânea viagem de Requena e Chermont em 1781-1782 com os documentos iconográficos e manuscritos resultantes da *Viagem Filosófica* de Alexandre Rodrigues Ferreira, iniciada em 1783 e finalizada em 1792.

- 48 À série iconográfica achamos pertinente acrescentar também os prospectos elaborados pelo cartógrafo alemão André João Schwebel, encarregado de documentar e auxiliar a 1ª Comissão Demarcadora de Limites, decorrente do Tratado de Madri (1750).
- 49 André Schwebel e Alexandre Rodrigues Ferreira percorreram a mesma região – a bacia do Rio Negro. Separados por um breve período, ambos compartilham iniciativas institucionais correlatas, caso das comissões demarcatórias de limites.
- 50 A série de vistas dos núcleos urbanos e fortes da bacia do Rio Negro, a partir de meados do XVIII, nos permite ampliar as discussões, e, em especial, transformar esses questionamentos em ferramentas de aprendizado e de divulgação desse material. A *Viagem Filosófica* de Alexandre Rodrigues Ferreira é sobejamente conhecida, pesquisada por mais de século, cotejada e amparada por bibliografia especializada. Convém salientar o esforço anterior realizado por Ermelinda Pataca e sua orientanda com metodologia similar (Franco & Pataca, 2014) e intuito de espacializar a documentação das diversas *Viagens Filosóficas*, dentre as quais a capitaneada por Alexandre Rodrigues Ferreira. Importante pontuar a existência de diversas outras iniciativas de espacialização de documentos e iconografias em plataformas digitais, citando-se com destaque o *Atlas dos Viajantes no Brasil*, projeto da Biblioteca Brasileira Mindlin da USP, e o *Atlas Digital da América Lusa*, proposta colaborativa organizada pelo Laboratório de História Social da UnB.
- 51 A figura de André João Schwebel não recebeu a mesma atenção que Ferreira, o que não constitui demérito, mas que nos impossibilita de tecer aprofundados questionamentos acerca da pessoa e de suas intenções. Os trabalhos relativos à figura específica do cartógrafo alemão são poucos, com destaque para o de Carlos Oberacker (1972), que nos apresenta um pouco da trajetória do cartógrafo e elenca onde se encontram os documentos produzidos por ele.
- 52 A *Collecçam dos prospectos das aldeas...*, de 1756, de André João Schwebel (em azul), espacializada em plataforma georreferenciada, junto das vistas de viagem de Alexandre Rodrigues Ferreira (em amarelo), permite perceber a magnitude da região percorrida por ambas as comitivas (Figura 7).

notar que havia um diálogo e intertextualidade entre os documentos produzidos pela burocracia portuguesa na Amazônia setecentista. O georreferenciamento permite cotejar as informações sobre uma base que pode ser interativa e otimizar a percepção que possuímos do espaço construído historicamente. A espacialização possibilita um panorama contínuo sobre a produção documental acerca de um determinado local, estipulando-se uma temporalidade específica, podendo-se notar, de maneira gráfica, como foram as dinâmicas de ocupação e o pensamento acerca desses territórios.

- 58 A análise desse material permite notar o papel fundamental das populações nativas no auxílio da construção desse conhecimento, como ficam claros nos documentos e relatos do Frei Noronha e do ouvidor Sampaio, ainda que o papel das populações originárias seja omitido intencionalmente. A ocupação e entendimento profundo daquela região se fez com a participação ativa dos habitantes locais, que permitiram aos portugueses ocupar com mais eficiência a rede hidrográfica, entender os regimes de cheias e vazantes, estabelecer os locais e núcleos aptos a serem ocupados e diminuir o atrito com nações indígenas não subordinadas à Coroa.
- 59 A princípio, quando observamos os prospectos de vilas e lugares que existem no espólio documental da *Viagem Filosófica* de Ferreira, tendemos a encarar de modo imediato o que aquelas imagens representam: lugares pacatos e modestos, constituídos de núcleos com casebres paralelos ao eixo do rio, por vezes com uma capela ou construção religiosa, uma ou outra construção de destaque. A constatação óbvia da simplicidade da materialidade dessas localidades não dialoga com a dimensão dessa rede criada em confins do território colonial, nem expressa a logística envolvida e o material humano dispensado. A espacialização denota como esses núcleos foram essenciais para se manter a coesão e posse do território. O estudo comparativo das iconografias de Schwebel e Ferreira nos permite também analisar o que se mantém e o que se altera na estrutura desses núcleos urbanos, separados por três décadas entre as elaborações. É curioso notar que Ferreira registra certa decadência de alguns núcleos, o que talvez torne claro o esgotamento desse modelo de ocupação e urbanização iniciado em meados do XVIII, ou mesmo o arrefecimento do interesse nessas localidades.
- 60 Comparando o que foi representado por Schwebel e o que foi apresentado pelos riscadores da *Viagem Filosófica* podemos apreender um pouco sobre as bacias do Rio Branco, do alto Rio Negro e seus afluentes, como os rios Içana e Ixié. Os prospectos de Schwebel, acerca da bacia do Rio Negro, findam na aldeia de Dary, futuro lugar de Lamalonga, cujo próprio cartógrafo assinala como sendo a última missão carmelita na região. Vê-se que à rede de núcleos civis - vilas e fortes - entrelaça-se à rede eclesiástica, com ênfase para presença dos carmelitas na região (Figuras 8, Figura 9, Figura 10, Figura 11, Figura 12, Figura 13, Figura 14, Figura 15, Figura 16, Figura 17, Figura 18, Figura 19, Figura 20 e Figura 21).

Figura 8: Schwebel, João André. Prospecto da Fortaleza do Rijo Negro – *Collecçam dos prospectos das aldeas, e lugares mais notaveis* (1756)



21,5 x 60 cm em f. 25,5 x 74,5 cm

Fonte: Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=592

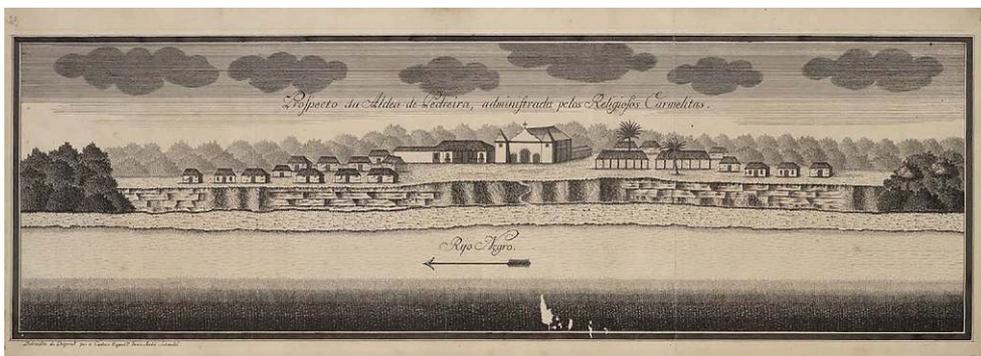
Figura 9: Schwebel, João André. Prospecto da Aldea de Jaú, administrada pelos Religiosos Carmelitas – *Collecçam dos prospectos das aldeas, e lugares mais notaveis* (1756)



21,5 x 60 cm em f. 25,5 x 74,5 cm

Fonte: Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=592

Figura 10: Schwebel, João André. Prospecto da Aldea de Pedreira, administrada pelos Religiosos Carmelitas – *Collecçam dos prospectos das aldeas, e lugares mais notáveis* (1756)



21,5 x 60 cm em f. 25,5 x 74,5 cm

Fonte: Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=592

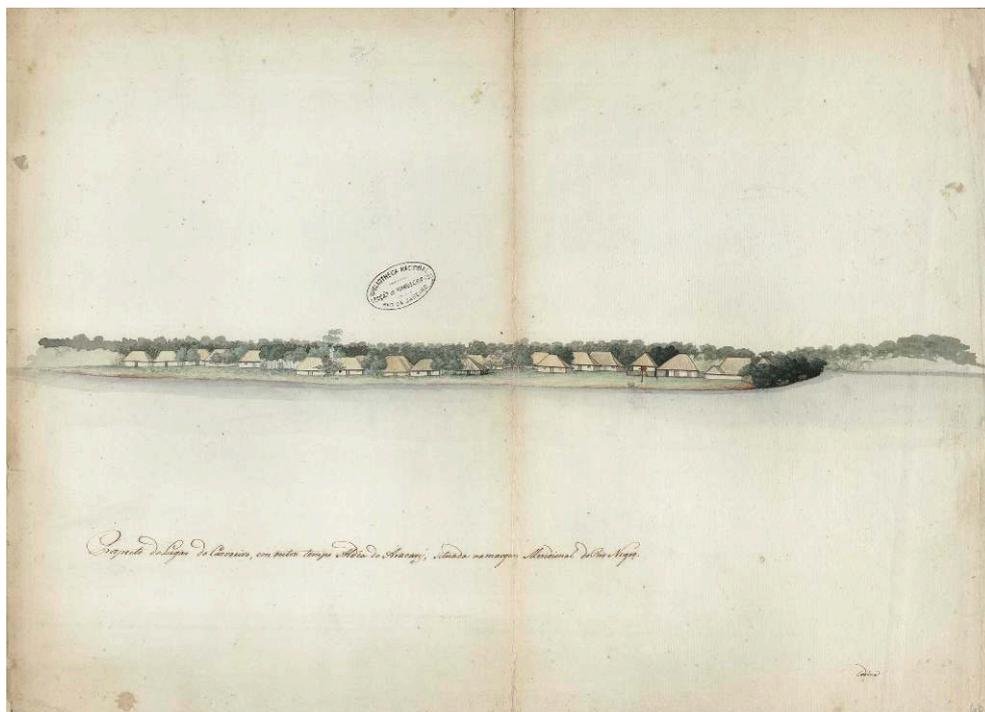
Figura 11: Schwebel, João André. Prospecto da Aldea de Aracari, administrada pelos Religiosos Carmelitas – *Collecçam dos prospectos das aldeas, e lugares mais notáveis* (1756)



21,5 x 60 cm em f. 25,5 x 74,5 cm

Fonte: Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=592

Figura 12: Codina, Joaquim José. Prospecto do Lugar do Carvoeiro, em outro tempo Aldeia de Aracari, situado na margem meridional do Rio Negro. [17--]



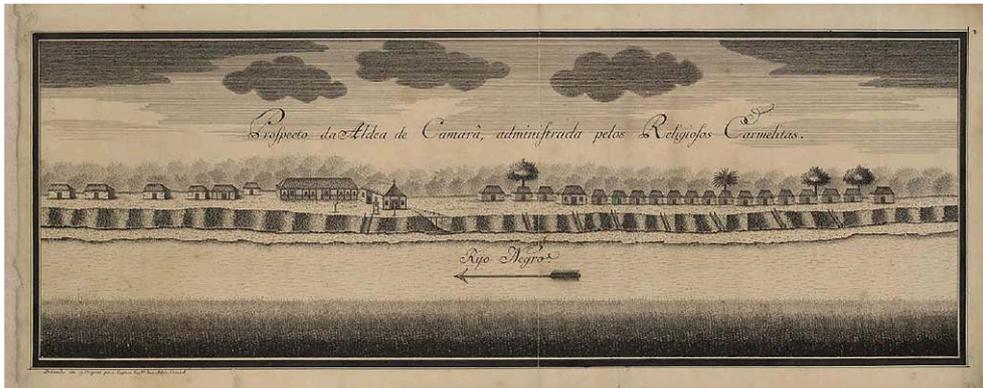
f. 47,0 cm x 34,0 cm

Fonte: Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=1502

- 61 De Poiares a Carvoeiro (Aracari) levava-se cerca de meio dia de viagem, saindo Ferreira às 6 da manhã de 25 de abril até 7 horas da noite de 25 de abril de 1785, a seguir trecho sobre o lugar:

Serve de base ao logar um curto e estreito lombo de terra, em que se eleva um ilhote da margem austral do Rio-Negro: a sua elevação é tão pouco sensível de vencer, que nas grandes enchentes chega o rio a beijar o batente do alpendre da igreja. Ordinariamente succede a ficar a povoação alagada em roda, e apenas surge acima d'agua o pequeno teso, que occupa o arruamento das casas. No braço porém do rio, que a cinge pela retaguarda, se abrigam as canôas, que surgem no seu porto. Todo elle seca, quando o verão é grande, e a maior parte d'elle, quando é pequeno. Em cima do ilhote estam alinhadas com precisão, que permite o terreno, as 4 ruas de fundo, que formalisam o logar. Contei na linha da frente até 6 casas, incluídas n'ellas a residência do Reverendo vigario, e a do morador branco Antonio Gomes, que já ficava no chão. Na segunda linha existiam 7, e na terceira 11; e na quarta, que era a mais comprida, inclui a de um índio, a qual não estava alinhada, e a da residência do director, para contar 16. (Ferreira, 1983: 496)

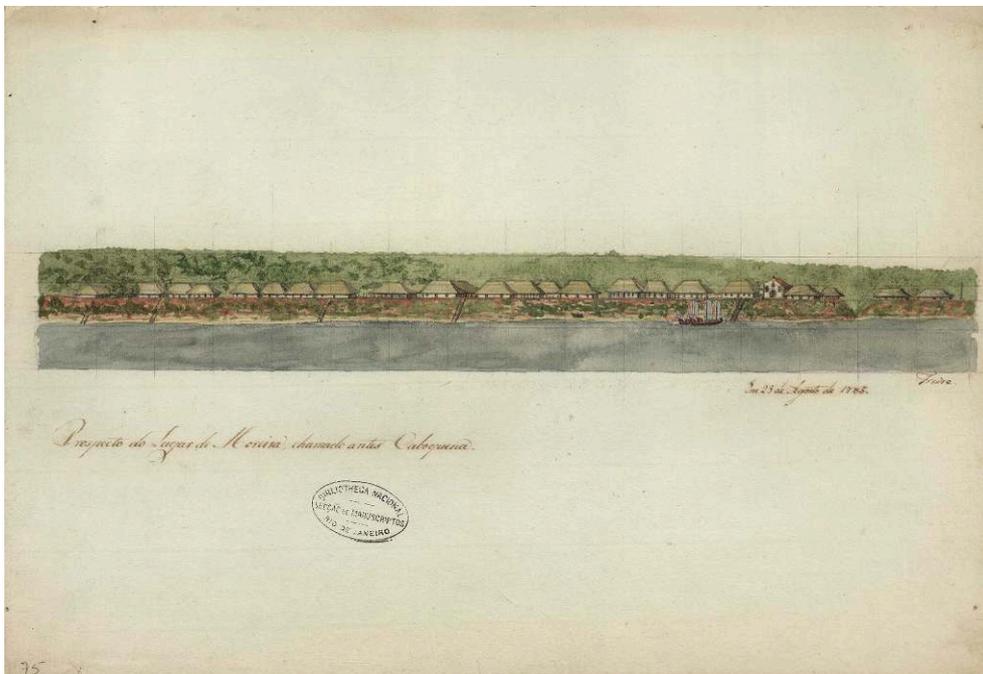
Figura 13: Schwebel, João André. Prospecto da Aldea de Camará, administrada pelos Religiosos Carmelitas – *Collecçam dos prospectos das aldeas, e lugares mais notaveis* (1756)



21,5 x 60 cm em f. 25,5 x 74,5 cm

Fonte: Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=592

Figura 14: Freire, José Joaquim. Prospecto do lugar de Moreira, chamado antes Caboquena. 1785



f. 34,5 x 24,0 cm

Fonte: Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=1450

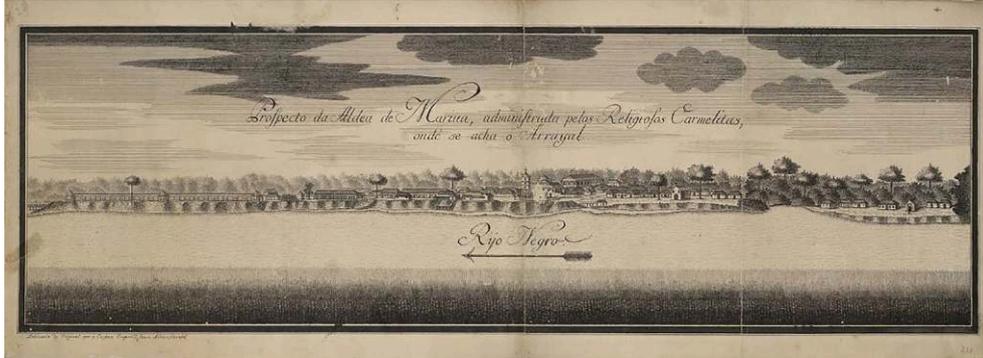
- 62 De Barcelos a Moreira (Caboquena ou Camará), Alexandre Rodrigues Ferreira leva das 7 horas da manhã do dia 20 de agosto de 1785 até 6 da manhã do dia 23 próximo:

Corre ao longo da costa um bom taboleiro de terra, sobre o qual está situada a povoação em uma paragem, que é a mais desembaraçada de pequenas ilhas, e por isso deixa gozar bôa parte da largueza do rio. O seu porto é desabrigado por ser, como já disse, uma barreira continuada, sem furo ou enseada alguma, onde se abriguem as canôas, que estão surtas n'elle; tanto na praia do porto, quando espraia muito o rio, como nas da costa fronteira, ha bastante arêa de ferro.

Constituem o corpo do logar duas ruas; a da frente pertence aos índios, e a do fundo

aos brancos; mas entre as casas d'estes estão inseridas mas trez d'aquelles. No cimo da rua do fundo está situada a matriz, com frente para o rio. (Ferreira, 1983: 58)

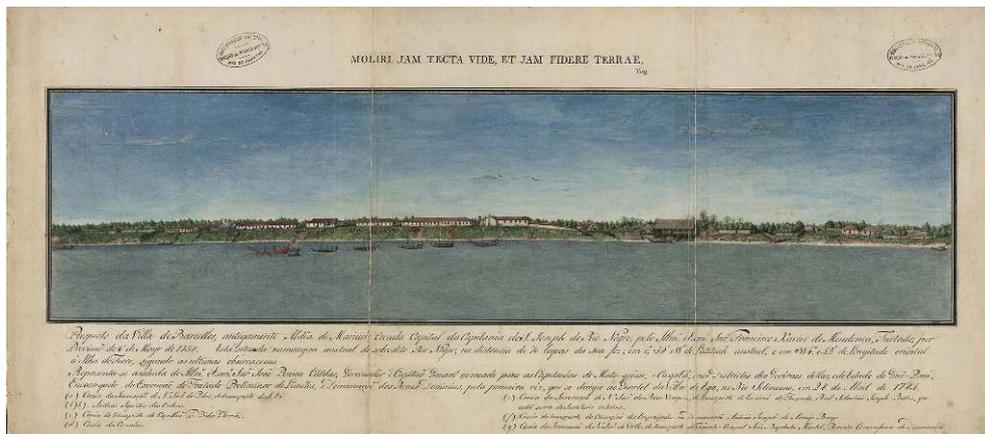
Figura 15: Schwebel, João André. Prospecto da Aldeia de Mariua, administrada pelos Religiosos Carmelitas, onde se acha o Arrayal – *Collecçam dos prospectos das aldeas, e lugares mais notaveis* (1756)



21,5 x 60 cm em f. 25,5 x 74,5 cm

Fonte: Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: http://acervo.bn.digital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=592

Figura 16: Freire, José Joaquim. Prospecto da Vila de Barcelos, antigamente Aldeia de Mariuá, criada capital da capitania de S. José do Rio Negro, pelo Ilm^o e Exm^o Sr. Francisco Xavier de Mendonça Furtado [1784]

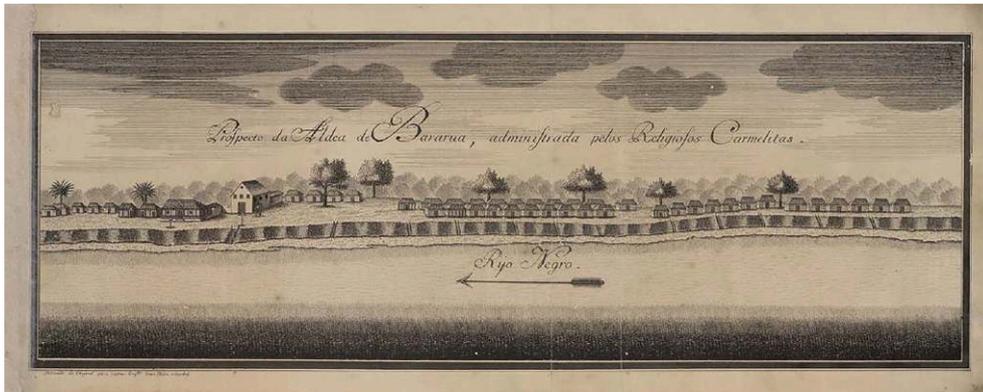


Fonte: Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: http://acervo.bn.digital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=5537

63 Sobre Barcelos, a relação entre prospecto e relato em diário, por Alexandre Rodrigues Ferreira:

Na sobredita caza das canôas termina a frontaria da Villa pertencente ao primeiro bairro, de modo que confrontando V. Ex. o que deixo escripto, com o prospecto della, vê que o que a constitui, para quem navega o rio acima, são, pela ordem, a casa da Polvora (...); a Horta (...); O Quartel Militar, e o Hospital annexo (...); o outro Quartel dos Officiaes da Guarnição (...); o Quartel da caza da Vedoria e da residência do Cirurgião; a propriedade de cazas do morador Manoel Rodrigues Calado; o ultimo Quartel visinho á Matriz para as tres residencias explicadas; a Matriz, e o Palácio annexo da residência do Governador; o Armazem Real da Capitania, na travessa que segue o curso do riacho sobre que está levantada a ponte de comunicação dos dois bairros, e depois della a caza das canôas. (Ferreira, 1983: 358)

Figura 17: Schwebel, João André. Prospecto da Aldea de Bararua, administrada pelos Religiosos Carmelitas – *Collecçam dos prospectos das aldeas, e lugares mais notaveis* (1756)



21,5 x 60 cm em f. 25,5 x 74,5 cm

Fonte: Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=592

Figura 18: Freire, José Joaquim. Prospecto da Villa de Thomar, chamada antes Bararuá. 1785

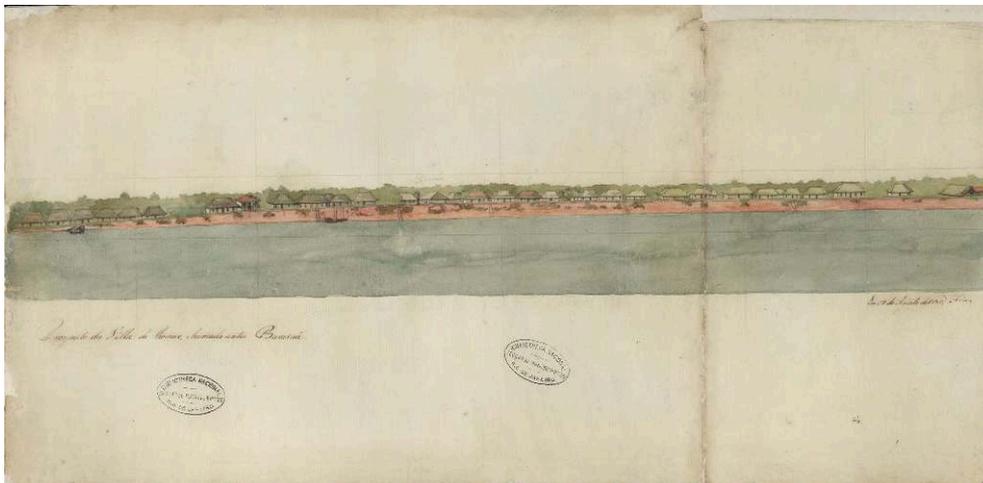


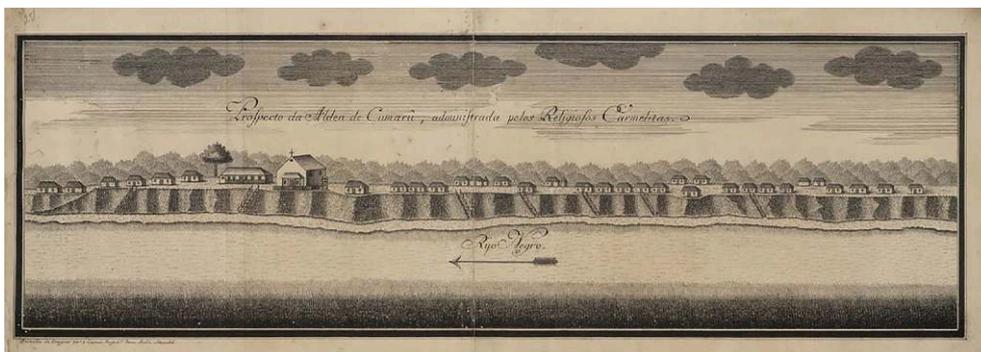
Imagem 48,5 x 6,0 cm em f. 24,0 x 49,0 cm

Fonte: Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=1515

64 De Moreira a Thomar: três da madrugada de 26 de agosto até oito horas da manhã do dia 28 de agosto de 1785. Sobre Thomar (Bararóá):

A villa, dentro em si, está dividida em dous bairros ao longo da povoação: o de Santa-Apolonia principia na vargem, e acaba no lugar em que está sita a matriz; segue-se o outro, a que não ouvi dar nome; continua da igreja para cima, tem sua praça de pelourinho, e acaba no lugar em que está a casa da olaria. Ha em cada bairro duas ruas sómente, a da frente e a do fundo; ambas pertencem aos índios, mas nas suas travessas, e particularmente na que sai á praça do pelourinho, estão situadas as casas dos moradores brancos, a excepeção de um ou de outro. A rua da frente do sobredito bairro de Santa-Apolonia dica de todo arruinada; as casas já se não podem ter em pé, e o rio continua a solapar cada vez mais uma pequena ressaca, que ali faz a barreira. No estado, em que pára, bem se póde considerar como o principio de uma valla que, sendo bem aproveitada, servirá de abrigo para as canôas, que necessitarem d'elle. (Ferreira, 1983: 71)

Figura 19: Schwebel, João André. Prospecto da Aldea de Cumarú, administrada pelos Religiosos Carmelitas – *Collecçam dos prospectos das aldeas, e lugares mais notaveis* (1756)



21,5 x 60 cm em f. 25,5 x 74,5 cm

Fonte: Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=592

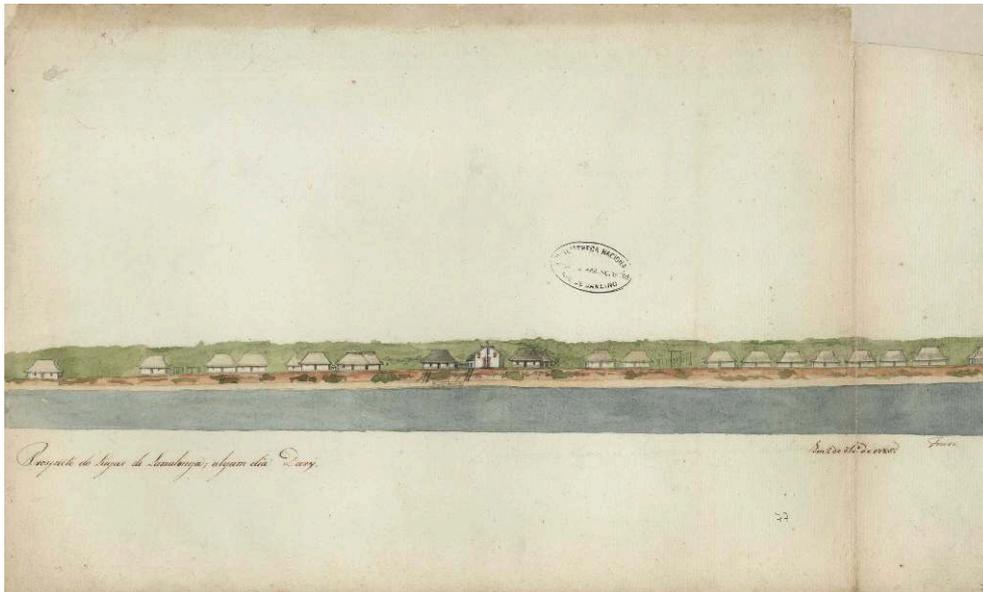
Figura 20: Schwebel, João André. Prospecto da ultima Missam do Rijo Negro, chamada Dari, administrada pelos Religiosos Carmelitas – *Collecçam dos prospectos das aldeas, e lugares mais notaveis* (1756)



21,5 x 60 cm em f. 25,5 x 74,5 cm

Fonte: Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=592

Figura 21: Freire, José Joaquim. Prospecto do lugar de Lamalonga; algum dia Dary. 1785



f. 40,5 x 24,0 cm

Fonte: Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: http://acervo.bn.digital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=1506

- 65 De Thomar a Lamalonga: oito da manhã de 1º de setembro até as duas horas da tarde de 1º de setembro de 1785, sobre o lugar escreve Ferreira em seu diário:

(...) No cimo da barreira assenta um taboleiro de terra: corre ao longo da costa, e sobre ella estão situadas as casas da povoação: só tem a rua da frente, porque na que havia no fundo apenas existem trez casas, contadas as residencias do Reverendo vigario e do director; são desesseis as da frente; também vão incluídas as duas únicas, que pertencem aos dous moradores brancos. Na retaguarda da povoação estava sua campina interceptada por capoeiras de mato; constava de infinitas goiabeiras, que ali nascem espontaneamente, e sem mais cultura ou amanho vegetão e fructificação. (...) Da situação do logar tanto se enamorou o Dr. ouvidor Ribeiro de Sampaio, pela extensão de sua planície para todos os lados, pelo pouco sensível da sua elevação e pela qualidade do terreno arênto, que d'ella escreveu, que em todo o Rio Negro não a havia mais própria para o estabelecimento de uma grande povoação. (Ferreira, 1983: 90)

- 66 É interessante apontar também de que maneira ocorre a relação entre os diversos tipos de documentos acerca das localidades. Tomando o exemplo do lugar de Lamalonga, representado graficamente por Schwebel e Ferreira, é curioso comparar o que se escreveu sobre tal localidade, conforme os excertos abaixo; do padre José Monteiro de Noronha, em 1768, e do ouvidor Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, em 1774/1775, e do próprio naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, em 1786:

Da villa de Thomar se segue com distancia de tres legoas o lugar de Lamalonga, situado na mesma margem austral do Rio Negro, e habitado de indios das nações Manáo, Baré, e Baniba. Os indios deste lugar foraõ moradores da villa de Thomar, da qual, estando já no sitio, em que actualmente se acha, se separaraõ; porque clesavendo-se o principal José João Darico, o principal Alexandre de Souza Cabá Cabari se retirou aquelle com os seus indios, e fundou a povoação, que hoje é de Lamalonga, á que ao depois se aggregaraõ os indios, que povoavão a aldêa chamada Auauidá, que estava situada na margem austral do Rio Negro tres legoas acima de Lamalonga. No mappa de Mr. de Condamine está apontada a dita aldêa com o nome de Aravida. (Noronha, 1862: 67-68)

Em todo o Rio Negro não ha situação mais própria para a formatura de huma grande povoação como a de Lama longa; porque a planície se estende muito por todos os lados, a elevação ao rio sem altura incommoda, e o terreno areoso, qualidades que faltão em as mais povoações. (Sampaio, 1825: 110)

- 67 O *Mappa de todos os habitantes que existem nas diferentes freguezias e povoações do Rio-Negro* (Figura 22) constante na documentação da Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira dá a medida dos índices demográficos, verificando-se a predominância de população indígena em meio a uns poucos brancos e escravos africanos.

Figura 22: *Mappa de todos os habitantes que existem nas diferentes freguezias e povoações do Rio-Negro*

N. 2. *Mappa de todos os habitantes que existem nas diferentes freguezias e povoações do Rio-Negro.*

EXTRACTO

DESIGNAÇÕES	TOTAL				
	Das pessoas livres e dos escravos	Das pessoas livres	Das Indios	Dos escravos	Das Negros
São José de Marabitanas.....	206	206	30		
São João Baptista.....	44	44	5		
Nossa Senhora da Guia.....	91	91	13		
São Felipe.....	17	17	2		
Sant'Anna.....					
São Marcellino.....	26	23	1	3	
São Gabriel.....	226	219	3	24	
São Miguel.....	153	153	21		
São Joaquim.....	256	256	29		
Nossa Senhora de Nazareth.....	116	105	11		
São Bernardo.....	98	98	16		
São João Nepomuceno.....	131	131	22		
Santo Antonio.....	21	21	2		
São José.....	89	89	11		
São Pedro.....	115	108	18		
Nossa Senhora do Loreto.....	191	187	14		
Nossa Senhora do Carmo das Caldas.....	116	116	20		
Santo Antonio do Castanheiro.....	125	121	23		
Santa Isabel.....	223	221	15		
Lamalonga.....	208	199	19		
Thomaz, villa.....	648	565	62		
Moreira.....	318	296	23		
Barcellos, villa, capital da capitania.....	1097	756	89	114	
Poiares.....	459	386	118		
Carvoeiro.....	345	279	37		
Moura, villa.....	898	812	88		
Airão.....	126	105	22		
Lugar annexo á fortaleza da Barra.....	303	246	40		
Somma.....	6642	5760	247	777	

Fonte: (Ferreira, 1983: 718)

- 68 Na prática, os núcleos eram lugares de apoio ao colonialismo, marcadores de presença lusitana na lógica da política do *uti possidetis*, situados em lugares estratégicos, pontuando jornadas de meio a um dia de viagem em canoas ao longo dos principais rios da bacia amazônica. Embora modestos, cumpriram sua função estratégica, assegurando aos portugueses 2400 quilômetros de extensão e o melhor acesso à Europa via Oceano Atlântico.
- 69 Deve-se imaginar a pequenez dos núcleos urbanos lusitanos em meio à floresta pujante e populações indígenas secularmente ali acomodadas. Que não nos iludam as longas distâncias entre uma e outra povoação; o vazio não significava inexistência de presença humana. Um paralelo interessante para se aquilatar a presença indígena nessas zonas incógnitas apenas aos olhos do colonizador, é o caso do Acre, tema da última parte do presente artigo, justamente como contraponto para se mensurar o papel das preexistências geográficas e nativas nessas paragens.

E o Acre: qual a razão do vazio cartográfico? Possíveis justificativas para tangenciar o atual Acre até o século XIX

- 70 As narrativas empregadas para a ocupação não indígena da região do atual Acre se ancoram, em sua maioria, pelo processo econômico da borracha, que incentivou o extrativismo no último quartel dos Oitocentos na porção sul-ocidental brasileira (Guerra, 1951, 1955; Tocantins, 1961, 1976, 1979). Muitos argumentos são identificáveis para justificar a ausência dos ádvenas, desde o processo de colonização, ocorrido ainda no século XV, na atual América do Sul. Esse tangenciamento permaneceu, em grande parte, até o século XIX, quando os Estados Nações alcançam a emancipação, em especial o Peru, o Brasil e a Bolívia. Tais países continuaram a alijar aquelas terras de suas ações intervencionistas até meados desse século, prolongando, assim, um suposto desinteresse exploratório.
- 71 Aqui são evidenciados os aspectos concernentes às ideias de vazio, de inexistência, do inalcançável, do esquecimento, do silêncio, da desimportância e do abandono. O deserto e o sertão, sob o ponto de vista daquilo que é de desinteresse de quem explora, permaneceram, por séculos, como atributos cultuados para essa porção de terra. A ausência das *drogas do sertão*, a decepção do *El Dorado* e da *Terra da Canela* foram, para Campos (2004), motivos fortes para desestímulo à ocupação. Nas abstrações cartográficas e nos textos tratadísticos produzidos para as negociações das explorações coloniais das metrópoles europeias aqui pesquisados, a região do atual Acre permaneceu sob a posse oficial, desde o início do século XVI até o início do século XIX, da Coroa Espanhola. Todavia, sabe-se que, não apenas esta localidade, mas também toda a Amazônia não despertou a cobiça exploratória dos espanhóis no primeiro momento da colonização. Esse desinteresse foi promovido pela ausência de evidências das fontes minerais tão ansiadas por esses colonizadores. Nesse compasso, Roca (2001) escreve que, ao que corresponderia à sociedade colonial que ocupava parte expressiva da atual Bolívia, havia um interesse expressamente voltado para as explorações de mineração e conectadas e orientadas pelo Oceano Pacífico.
- 72 Além da borda litorânea da Cordilheira dos Andes ofereceu também acessível identificação do ouro e da prata. As jazidas foram prontamente localizadas para exploração, também, de outros minérios. Houve, ainda, a usurpação dos utensílios de uso cotidiano e ritualístico das populações originárias ali existentes. Ademais, para a prática exploratória extensiva dessas riquezas naturais e culturais, era necessária a implantação de um sistema escravista, condição que os portugueses eram mais afeitos. Acrescenta-se que a junção da geografia física andina com o ambiente amazônico potencializou uma barreira natural e simbólica que tornou inacessível e impraticável qualquer investida colonial sob o poder espanhol (Arruda *et al.*, 2009; Moscoso, 2008).
- 73 A geografia física tornou-se um elemento definidor da não ocupação colonial nos primeiros séculos nesta porção da Amazônia e, especialmente, do não acesso às atuais terras acreanas. Cabe menção às evidências arqueológicas da ocupação pré-colonial que salientam a capacidade dos povos originários no convívio com as intempéries em estágio de complexidade social seja por apresentação de hibridismo de cultura agrícola e manejo florestal (Clement *et al.*, 2015) seja pelas evidências dos grandes artefatos na terra denominados geoglifos (Schaan *et al.*, 2010; Schaan, 2009). Tais fontes, entre tantas

outras igualmente importantes, questionam o determinismo geográfico sustentado pelas narrativas que colocam a natureza como empecilho, além de evidenciar a expressiva presença das populações originárias. Ao caso do acesso ao atual Acre, as dificuldades eram potencializadas e o desafio significava penetrar nas entranhas mais densas e de difícil acesso, seja por terra excessivamente vegetada, seja pelas águas sazonalmente dinâmicas entre grandes enchentes e secas.

- 74 É preciso destacar o sentido do fluxo dos rios que, para o lado luso-brasileiro avançar, para os portugueses, significava seguir na contracorrente. Fisicamente se constituía, de pronto, como um outro obstáculo da natureza diante do movimento e da força contrária dessas águas às inescapáveis subidas. Havia uma transformação constante e variação dos percursos e desenhos da geografia física daquele lugar. Meandros, canais, igarapés, igapós, pântanos, áreas alagadas, lagoas, braços e as ilhas compunham as formas e as configurações dos movimentos constantes das águas que não se limitavam a uma vazão regular, perene e em cursos consolidados.
- 75 A calha dos rios com pouca largura e profundidade, delineada por expressivos estreitamentos, excessivamente sinuosa, constituía labirintos que expressavam a dificuldade física do deslocamento fluvial. Sacados, balseiros, barrancos se desmoronando, repiquetes, entre tantos outros comportamentos, resíduos e configurações geomorfológicas dificultavam o acesso. Aquilo que não se conhecia, permanecia incógnito ao longo dos anos. O sertão é também o desinteresse. Tudo que havia naqueles movimentos das águas ou provocado por elas, se colocava como entrave aos exploradores. Por sua vez, do lado espanhol, o acesso àquela região significaria atravessar a Cordilheira dos Andes e descer para o encontro das cabeceiras, das nascentes. Não havia conexão fluvial e navegável que permitisse a comunicação. Moscoso (2008) chama a atenção para a relação climática que colocava os portugueses mais próximos da convivência com o clima tropical. Por esse motivo havia a propensão maior de adentrar na Amazônia. Diferente dos espanhóis e mestiços que conviviam com o clima andino e ameno do pacífico, que remetia à experiência pretérita europeia num processo de aclimação e acomodação sem estranheza.
- 76 A topografia planialtimétrica dificultava o acesso terrestre devido à densidade da vegetação. A floresta, com sua expressiva massa verde, impedia a penetração dos raios de sol para iluminar e orientar quem ali, naquela desconhecida e vasta área, se arvorava a penetrar sob um céu verde. Junto a isso, o calor da umidade excessiva, além do desgaste físico, era um iminente celeiro de enfermidades sem controle sanitário algum à época especialmente no verão. As doenças próprias do ambiente de floresta amazônica, matavam e debilitavam muitos dos que ali chegavam. Febre amarela, beribéri, icterícia, impaludismo, entre outras, quando não culminavam no óbito, acamavam com febres, náuseas, vômitos, calafrios, delírios, e tantos outros males que faziam a massa humana colonial recuar. Os animais selvagens e peçonhentos funcionavam como uma ameaça ou, efetivamente, protagonizavam ataques consumados. A fauna local era uma outra barreira factual que assustava e tangia a ocupação colonial para as áreas costuradas pelos grandes rios amazônicos (Arruda *et al.*, 2009; Domingues, 1991).
- 77 As formações rochosas localizadas na circunvizinhança, desde a indicação das nascentes, até as cascatas, precipícios, cachopos, correntezas, remoinhos, sorvedouros, e, especialmente as cachoeiras, se colocavam como o limite. Esta condição geológica peculiar não necessariamente corresponde aos atuais rios acreanos, mas àqueles que,

tanto ao norte, quanto ao sul, permitiam o acesso a essa região. Estabeleceram o inalcançável nas expedições dos diversos interesses da empresa colonial: missões religiosas, naturalistas, missões científicas, explorações econômicas diretas das riquezas naturais ou implantação sistemática de uma economia primária, entre outras.

- 78 Os afloramentos minerais rochosos, em muitos casos, catalisavam a velocidade das águas e obstaculizavam suas calhas com as quedas e as pedras, nas subidas e descidas das tentativas de avanços das navegações. As chuvas também atrapalhavam, por si só, o acesso e a dilatação. As águas pluviais possuem alta densidade nessa área, como também o tempo de chuva é expressivo e permanece ao longo do ano. Aumentavam a altura, o volume e a velocidade das águas dos rios. Transbordam e alagam em seus espriamentos, dificultando o desenho dos trajetos dos cursos e criando uma força maior, especialmente contrária às subidas.
- 79 Becker (1982) apresenta as características espaciais da geografia que levaram a Amazônia a um isolamento por quase quatro séculos. Sua extensão territorial, pelas dimensões, a configura como a *heartland* mais interiorizada do país. E a posição, distante da prática colonial desenvolvida na costa marítima brasileira, bem como da concentração do poder colonial, imperial, regencial e republicano, reforçou tal condição em termos geopolíticos. Há uma limitação do alto curso do rio Amazonas com formações rochosas encachoeiradas na margem direita, que desagua a impossibilitada conexão, inclusive, terrestre. A autora chama a atenção que há uma distância da formação do planalto brasileiro e uma aproximação maior com as conformações andinas e caribenhas.
- 80 Já no século XVIII, após algumas soluções tratadísticas implantadas entre Portugal e Espanha, um dos argumentos para a retificação dos limites territoriais compreendidos pelos marcos existentes, de um lado, nos rios Madeira/Beni e, do outro, no rio Javari, esteve fundamentado pela geografia física. Especificamente se situa pelos acidentes naturais existentes nos cursos d'água, a exemplo das cachoeiras. As quedas, corredeiras com vazões intensificadas e as formações rochosas criavam barreiras naturais para a penetração nessas regiões que permaneciam “desconhecidas”. Um dos exemplos desta argumentação está registrado no documento da Coroa Portuguesa, na Parte Terceira, § XIV, do documento com o título *Considerações sobre o Tratado de Limites das Conquistas*, nº465, localizado na Biblioteca Pública Municipal do Porto. O Tratado em análise é o *de Paz e Limites de 1 de outubro de 1777*, entre Portugal e Espanha. O tempo de inverno amazônico dificultava as leituras astronômicas. Em combinação com a densidade da vegetação, escurecia o ambiente. Enxotava o alimento proteico natural e animal advindo da mata ou das águas para prover as equipes expedicionárias. Além disso, dificultava a instalação de acampamentos dos grupos viajantes nas margens que se encontravam alagadas pelo espriamento das águas e pelo comportamento instável das suas margens, com o deslizamento de barrancos. Na experiência climática oposta, as secas diminuía expressivamente a profundidade dos rios e faziam emergir os areais, com bancos. E, para enfrentar toda essa adversidade, se demandava exclusivamente a força humana como solução para driblar e vencer cada um dos obstáculos (Domingues, 1991). Os desafios da geografia física, diante das limitações gerais do engenho humano à época, estabeleceram, em grande parte, um desenho definidor da fronteira da atual Amazônia ocidental brasileira diante dos países vizinhos. Esta deficiência tecnológica se acentuava no campo da produção cartográfica que, em muitos casos, trazia resultados puramente abstratos, noutros, projetos dedicados às terras inalcançadas. Roux (2001:

516, tradução nossa), apresenta este ponto no que se refere à constituição da linha geodésica setecentista atribuída como um dos limites, à oeste, do Brasil. O autor diz que:

Em efeito grande parte da delimitação por estabelecer atravessava regiões virgens, ou seja, inexploradas, que só contavam com cartografias esquemáticas ou imaginárias. Era o caso das vastas bacias hidrográficas dependentes do Amazonas (Javari, Juruá, Purus e Madeira), situadas no segmento central da demarcação.

Desta maneira, os diplomatas tiveram que resolver entre eles a determinar linhas virtuais tais como a célebre reta que se estende do Madeira ao Javari e que será, ao longo do século XIX, uma fonte permanente de litígios entre Peru, Bolívia e Brasil.¹

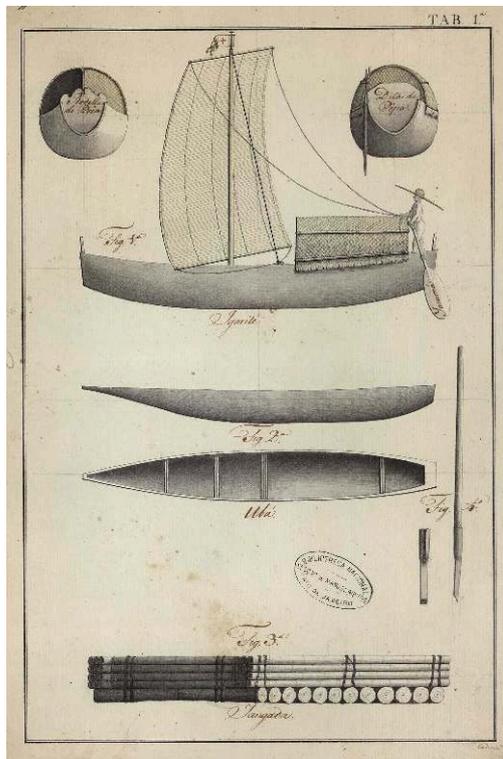
- 81 Nesse compasso, uma outra questão restritiva não é marcada necessariamente pelo desinteresse das Coroas, mas sim por limitação das técnicas na produção cartográfica. Trata-se da imprecisão da longitude e da ausência de normatização dos parâmetros de medição. A aplicação desta coordenada geográfica esteve vinculada e vulnerável aos diversos interesses nas disputas de poder no período colonial e imperialista. Foi acertada, apenas, em fins do século XVIII (Bueno, 2004). Os mapas até então apresentam expressivas imprecisões. Ao caso em estudo, a linha geodésica traçada oscilou fortemente não apenas pelos desafios da geografia física e pelos interesses e estratégias de ocupação velados. Oscilou, especialmente, pela imprecisão cartográfica que gerou distorções e abstrações.
- 82 Só em 1884, através de um acordo internacional para o uso como convenção universal e padrão, o Meridiano de Greenwich foi eleito, criado anos antes, em 1851, e parametrizado, desde então, como informação de georreferenciamento. Até a invenção do relógio de precisão, as práticas de medição se restringiam aos procedimentos realizados em campo, onde, no caso amazônico, a imprecisão tornava-se maior devido aos desafios daquela natureza (Bueno, 2011b).
- 83 Ao mesmo tempo em que a estranheza, monumentalidade e barreira que a natureza impunha era interpretada para justificar o não avanço do conhecimento e do acesso daquela região, havia uma postura que, intencionalmente, tangenciava e evitava a incorporação daquelas terras às soberanias ou empresa colonial. Em documentos portugueses analisados sobre a constituição do Tratado de Santo Ildefonso (1777), havia uma proposição da instituição de uma linha Leste-Oeste, partindo da margem ocidental do rio Madeira, após a desembocadura do rio Beni. Assim, seguiria em linha reta e paralela (horizontal) até a margem oriental do rio Javari.
- 84 Com isso, livraria a Coroa Portuguesa dos diversos obstáculos das cachoeiras contidas no rio Madeira. Além disso, o documento conclui que a linha reta pouco influenciaria no cotidiano das duas Coroas, certamente por se tratar de uma abstrata representação que não correspondia à morfologia natural que ela sobrepunha, tampouco às dinâmicas de cada possessão já em curso.² A condição abstrata é anterior ao século XVIII e desde o Tratado de Tordesilhas (1494) a linha era um ponto delimitador da ocupação luso-hispânica na atual América do Sul. Todavia, nunca serviu como um elemento intimidador para a expansão da Coroa Portuguesa com seus avanços territoriais e patrimoniais nesta porção continental.
- 85 Outro ponto está no comportamento de alguns dos povos originários diante das explorações dos ádvenas, identificados nas calhas fluviais navegadas. Reis (1941) comenta a alta densidade de ocupação dos indígenas Muras ao longo do rio Purus. Essa população, segundo o autor, não permitiu o acesso dos colonizadores ao referido rio até os anos de 1850. Requeña em seus relatos também alude aos Muras (Bueno & Kantor,

2013). Torna-se evidente que os aspectos das intempéries e da geomorfologia se tornam menores em comparação à força da presença humana que resistiu a essas tentativas de invasão.

- 86 Diante do processo de Independência do Brasil, ainda no início do século XIX, Reis (1956) afirma que a Amazônia permaneceu alijada nesse período porque os Estadistas envolvidos nos processos emancipatórios e da geopolítica nacional eram, basicamente, das regiões do atual Nordeste e do Sul do país. Logo, essas localidades eram os alvos para onde os interesses e decisões das políticas públicas do parlamento e do executivo se direcionavam. Isso apresenta o loteamento do olhar e das decisões do Estado brasileiro em ambiente já emancipado e republicano. O alicerce em posturas domésticas patrimonialistas destacou a Amazônia de um plano nacional e de soberania, diante da ausência de representatividade local política no pleito federal.
- 87 Já em fins do período de submissão de parte da atual América do Sul à Coroa Espanhola, constata-se outro motivo de não ocupação colonial e, imediatamente, dos países de parte das atuais regiões orientais peruana e boliviana. Está associado ao fracasso da política bourbônica³ que culminou num crescente silenciamento e tratamento invisível dedicados àquelas regiões (Jordán, 2001), especialmente entre os anos de 1802 e 1820. A isso, a autora salienta que o processo de enfraquecimento das missões associadas à Coroa Espanhola e o esfacelamento da Colônia em futuros emergentes Estados Nações, tornaram essas áreas – hoje correspondentes ao atual Acre - mais distantes da coesão territorial e da unidade institucional diante da Soberania Nacional que nascia em cada país circunvizinho ao Brasil.
- 88 A interrupção das Missões Jesuíticas nas bacias do Prata e do Paraguai, na segunda metade do século XVIII, impediram a conexão, pelas vias naturais, dessas regiões com o oceano atlântico. O caminho expansionista seria traçado pelo acesso às regiões do *Alto Perú* e o do oriente boliviano, sendo que esta última, até poucos anos, se encontrava isolada da dinâmica colonial, sem qualquer comunicação com a atual região boliviana do altiplano. Além da ocupação territorial a partir da integração das Missões de Chiquitos e Moxos, o desenho jesuítico desfavoreceu e retardou a conectividade do acesso da Bolívia até o Oceano Atlântico. A expulsão dos Jesuítas em 1767 da América Hispânica, e em 1759 do atual Brasil, além do fechamento das vias fluviais pelo Paraguai fruto da ação da Coroa Espanhola, abortaram as possibilidades de avanços territoriais pela prática expansionista evangelizadora (Lobo, 1960).
- 89 Outros fatores de impedimento de expansão das vias de comunicação das Missões Jesuíticas são, a partir da decisão da Coroa Espanhola, decorrentes da política de isolar e não prolongar os caminhos missioneiros para não favorecer o contrabando português ou a fuga de “mamelucos”. Para Lobo (1960), este raciocínio se coloca diretamente oposto ao pensamento expansionista dos portugueses, que ocuparam o que os espanhóis negavam e que o continham como delimitação a cada monarquia nos textos tratadísticos. Campos (2004) contribui para o rol argumentativo da não ocupação não indígena no atual Acre. Pontua a questão da limitação tecnológica da indústria naval. Para a autora, o processo da chegada de homens e mulheres de outras partes do Brasil em fins do século XIX às atuais terras acreanas, parte de um casamento de fatores. A eminência do uso da borracha no mercado industrial internacional e o surgimento das embarcações a vapor constroem um arranjo para alimentar a subida dos rios, do lado brasileiro, e as descidas daquelas águas do lado peruano e boliviano. O aprimoramento da força propulsora dos motores gerou os “vapores”, nome dado aos barcos e navios

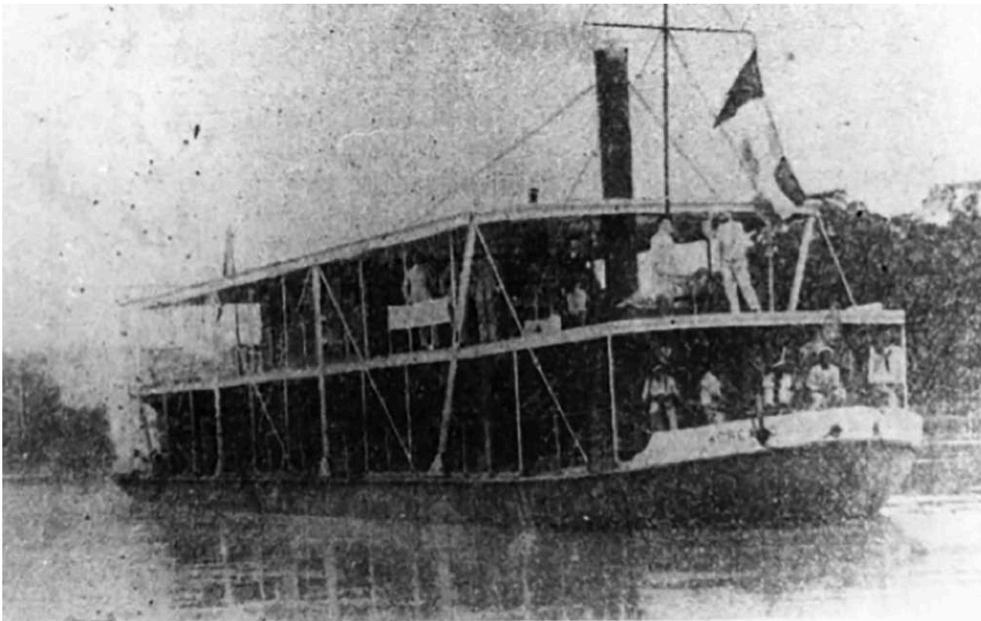
que usavam tal tecnologia. Apenas a partir da década de 1850, sobretudo no caso brasileiro, é que há força mecânica enfrentadora das vazões fluviais, para subir os rios e atingir os médios e altos rios, concentrados à direita do Amazonas. O acesso às poucas águas das cabeceiras dos rios era realizado apenas com as ubás, no caso do atual Acre. São embarcações esguias e que podiam, inclusive, ultrapassar manualmente os obstáculos encontrados nas calhas e adentrar nos recantos tidos como impenetráveis para outras embarcações de maior porte. Nas ubás eram usadas varas para impulso e deslocamento. O conjunto do movimento da embarcação e o uso da força humana para o deslizar nas águas é chamado de varejar. As esguias e compridas peças de madeira eram atoladas, verticalmente, no fundo dos rios e uma força gerada para a orientação do percurso fluvial (Brugnara, 2018). É necessário destacar o comportamento eólico nessa porção amazônica que não permitia o uso da tecnologia das embarcações à vela. É importante relativizar as afirmações tanto desta autora quanto a de Campos (2004) ao restringir a capacidade humana de avanço nas águas do atual Acre. Isso se afirma em função do próprio processo de colonização e dos fluxos ultramarinos ainda no século XV e das incursões por diversas partes e do interior do Brasil ao longo dos séculos de invasão europeia.

Figura 23. Um igarité, uma ubá e uma jangada, e seus acessórios



Fonte: Codina, Joaquim José. Um igarité, uma ubá e uma jangada, e seus acessórios. Data: 17??. Acervo Biblioteca Nacional. Código: mss1095098. Disponível em: <https://www.brasiliاناiconografica.art.br/obras/17506/uma-igarite-uma-uba-e-uma-jangada-e-seus-acessorios>

Figura 24. Embarcação tipo Vapor denominada *Acreano* (1910)



Fonte: Acervo Fotográfico DPHC/FEM – Governo do estado do Acre

- 90 Além das ubás (Figura 23 e Figura 24), outras embarcações de pequeno porte e de tração humana eram usadas para as explorações das águas amazônicas em tempos anteriores ao vapor. As canoas, os botes, os igarités e as balsas compunham artefatos navais, conforme se vê alguns desses artefatos registrados no século XVIII, a partir do desenho à nanquim de Joaquim José Codina a respeito da Amazônia. Havia a necessidade da força física para dezenas de remeiros para cada embarcação, que compunham cada comitiva. Existia também, e principalmente, o uso da força intelectual dos povos originários, daqueles que detinham o conhecimento sobre o convívio e a circulação naquelas regiões, bem como do uso tecnológico das embarcações tradicionais. Deste modo, Domingues (1991: 82), reconhece que:

Foi, sem dúvida, por influência dos indígenas que os colonos fizeram das canoas o modo de transporte nos rios amazônicos. Com os índios, aprenderam a usar as madeiras mais duráveis e resistentes e a escolhê-las segundo a sua durabilidade, peso e dureza ou ainda em função das dimensões da canoa, a usar o breu e a estopa na calafetagem e determinadas fibras vegetais (guaxima, embira) na confecção de cordas e toldos.

- 91 Além do conhecimento autóctone, a autora destaca a contribuição portuguesa através dos saberes e do emprego das técnicas, a exemplo de cortes, do uso dos instrumentos e do fogo, vivenciados no mundo amazônico colonial. Num panorama ilustrativo e exemplificador, informa que havia embarcações que apresentavam até 40 remeiros. Mas, o comum eram 12, 20 ou 16 pessoas. Para um percurso de 70 léguas, cada embarcação da época realizava velocidades diferentes. As canoas de aviso faziam entre 5 ou seis dias. Já os botes gastavam de 10 a 12 dias, enquanto as canoas grandes eram mais lentas e perfaziam entre 14 e 20 dias tal distância (Domingues, 1991).

Reis (1956, pp. 65-66) também reconhece a existência plural das soluções de embarcações tradicionais praticadas pelas populações originárias para a região. Informa que: Na Província do Amazonas, o Juruá e o Purus, rios que só depois da independência começaram a ser percorridos e avaliados nas riquezas que guardavam, eram viajados por ‘cobertas’, e outras embarcações de origem indígena,

tripulados por tapuios ou caboclos, para os quais não havia segredos na condução e manejo, como não havia dificuldades na identificação dos cursos fluviais que e abriam ao comércio e à ocupação.

- 92 Nesta afirmação, além da intenção de apresentar a diversidade do conhecimento e dos modos de fazer e de usar a produção naval, constata-se também o ato contraditório. Nisso vê-se ao afirmar, simultaneamente, o gesto inaugural dos rios percorridos após a independência do Brasil, mas que se alicerçou tal ação pelos conhecimentos pretéritos das populações indígenas. Sobre os desafios lançados pelas águas aos exploradores, destacam-se, ainda, os desenhos paralelos em pente dos principais cursos d'água que criavam um deslocamento impermeável. Não se podia entrecruzar por via fluvial o Purus, o Acre, o Juruá, portas de entrada, para o lado expansionista português. Rios que correm paralelamente e a ausência de elementos físicos da geografia que possibilitassem conexões, comunicações entre os rios para vencer tais percursos e consolidar formas cognitivas de reconhecimento na geomorfologia dificultaram a ocupação dessa macrozona pelos ádvenas. Já no século XIX, a Bolívia desenvolveu para o seu território proposições de construções de istmos, bem como o Brasil, já sob a ordem do Território Federal, especulou a construção de canais, além das ferrovias transversais aos rios que correm paralelamente. Todas essas soluções visavam a articulação das calhas fluviais e diminuir a distância entre cada uma delas, de maneira a favorecer o acesso, o deslocamento e o escoamento de gente e, principalmente, da produção. Com a emancipação da Bolívia ao status de país, segundo Jordán (2001), havia o interesse de estruturação do Oriente pelo governo nacional. Porém, a autora apresenta uma série de justificativas que não fizeram implementar as políticas públicas planejadas para tal área, ainda no século XIX. A escassez de recursos financeiros para acessar e estruturar tal porção de terras e a instabilidade política em um Estado em formação. Além disso, havia o interesse majoritário de grupos dominantes na exploração argentífera que direcionavam para outras partes do país os investimentos públicos.

Figura 25. Mapa de los Confines del Brazil com las Tierras de la Corona de Esp.^a de la America Meridional. Datado entre 1775 e 1799



Destaque em vermelho para a localização aproximada do Acre

Fonte: Biblioteca Pública e Municipal do Porto – BPMP.Considerações Finais

- 93 A seriação e espacialização de imagens por meio das geotecnologias mobilizadas pelas Humanidades Digitais dão a ver o que de outra forma não se vê e ensinam a *pensar con los ojos*. Um breve olhar sobre a cartografia gerada no *Google Earth* permite perceber a ampla área de incidência da presença ibérica na região amazônica no Setecentos, facultando compreender onde predominavam os cheios e os vazios do colonialismo e especular o porquê das presenças e ausências nesses vastos confins.
- 94 O presente artigo busca demonstra que a ausência de colonialismo não significa inexistência de presença humana e que os nativos foram invisibilizados na cartografia histórica, mas estavam em toda parte, em quantidades inimagináveis e com ocupações bastante complexas. A geografia física da zona do atual estado do Acre dificultou o acesso dos portugueses e castelhanos entre os séculos XVI e XVIII, no entanto não impediu que indígenas de diversas etnias ali se estabelecessem, em tempos diferentes e com padrões de complexidade variados. Os assentamentos pré-cabralinos revelam geoglifos e outras inscrições na paisagem que apontam para civilizações capazes de manejar o meio ambiente, modificar o solo, otimizar sua fertilidade e colheitas, em graus que mais tarde impressionaram arqueólogos e antropólogos.
- 95 A geografia tem papel principal nesse processo, assim como os povos nativos. Embora tratados como coadjuvantes, essa macrozona irrigada por farta rede fluvial só se tornou acessível por meio do conhecimento dos indígenas, daí a predominância de população autóctone nos núcleos urbanos ibéricos e nas expedições científico-demarcatórias.
- 96 A geografia física impôs obstáculos. Os afluentes “em pente”, tributários do rio Solimões, sazonais, organizados em balseiros e inundações no inverno e em bancos de

areia no verão, dificultaram a ocupação do Acre no período colonial. Daí o vazio cartográfico e a linha geodésica abstrata ali predominante. O vazio foi apropriado em agendas ocultas nas políticas de legitimação do colonialismo em disputa nos tempos da economia da borracha. Etnias rivais foram mobilizadas ao sabor dos interesses em jogo: os Mura, os Yuri, entre tantos outros, foram manipulados ou aniquilados ensejando políticas por parte de ambas as coroas ibéricas, mais tarde, no século XIX, alinhadas à de outros ádvenas, norteados por governos e empresas de capital inglês e norte-americano.

- 97 Mas o que salta aos olhos no mapa produzido no *Google Earth* é o imenso território entre a Província de Mainas, a Capitania de São José do Rio Negro, e os Vice-Reinados de Lima e de Santa Fé (Peru e Colômbia, respectivamente), a partir de Ega (Tefé), ponto estratégico da Bacia Amazônica onde afluíam três cursos d'água gigantes (o Amazonas vindo do Peru, o Japurá e o Rio Negro).
- 98 Progressivamente navegado e palmilhado, esses 400 km se somaram aos outros 2.000 km pontuados por uma rede regular de vilas e fortalezas fundadas na Bacia Amazônica que pontuava o território de Belém até o Forte de Tabatinga: Forte Macapá (1752), Chaves (1758), Santarém (1754), Monte Alegre (1758), Alenquer (1758), Óbidos (1758), Faro (1758), Maracoatiara (1759), Barcelos (1757), Ega (1759), Olivença (1759) e São José do Javari (1759). Entremeada à rede eclesiástica marcadamente de presença carmelita, jesuítica até 1759 e franciscana, a rede civil assegurou 2400 quilômetros no Rio Amazonas nas mãos dos portugueses, lembrando que a Linha de Tordesilhas passava na Ilha de Marajó.
- 99 Como mencionamos no início no presente artigo, em teoria, significava mais território; na prática, significava a salvaguarda de 2400 quilômetros de acesso exclusivo ao Oceano Atlântico. A perda de boa parte do Rio Amazonas pelos espanhóis não correspondia apenas em renunciar a um território abstrato, mas de entregar aos portugueses a rota mais fácil de acesso à Europa, muito melhor que o percurso inverso, via Rio Napo-Quito e dali a Lima. A partir do Japurá e do rio Javari, a presença espanhola se fazia sentir fortemente. Havia inúmeras aldeias missionárias registradas na cartografia de Requena, em meio a povoações de *status* político variado. O princípio do *uti possidetis* que orientou os Tratados de Madri e de Santo Ildefonso foi interpretado literalmente, e ensejou a manipulação dos povos nativos em prol dos interesses das coroas ibéricas. Todavia, nos núcleos urbanos ibéricos predominava a população nativa e uma cultura material simbioticamente agarrada à floresta. Apequenados diante da pujança da selva, os núcleos situam-se em posição estratégica às margens dos rios, em sítios elevados, receosos das enchentes e de outras intempéries climáticas. A Amazônia urbana transfronteiriça seria inviável sem estes atores principais - a floresta, os rios e os indígenas. Malgrado invisibilizados pela História e pela historiografia, seguem firmes e fortes forjando a identidade local, sob constante ameaça, clamando por respeito por parte de políticas públicas transnacionais, na medida em que vitais para a sobrevivência sustentável do Bioma Amazônia e sobretudo da Saúde Planetária. As lições do passado conspiram a favor e contra o bioma. Os núcleos urbanos ibéricos dialogam com a paisagem e sua arquitetura não chega a contradizer a ordem vigente. O sistema de navegação também se vale da expertise indígena. Mas os desarranjos ensejados pelas disputas do colonialismo de matriz ibérica, inglesa e norte-americana promoveram feridas nessa região, comprometendo seu ecossistema, a saúde da floresta e dos povos autóctones seus guardiões. As noções de florestas e águas habitadas se

somam aos assentamentos urbanos e rurais e requerem ações transversais, interinstitucionais e multidisciplinares. A Amazônia é um país dentro de outros países e dentro do próprio planeta. Um “país” – no sentido de “lugar” – com *genius loci* específico, profundamente híbrido e carente de ações governamentais, acadêmicas e do Terceiro Setor realizadas em simbiose com os saberes nativos, em perspectiva transnacional, continental e planetária. Eis o desafio para o século XXI em solos amazônicos transfronteiriços.

BIBLIOGRAFIA

- Araújo, Renata (1998). *As cidades da Amazônia no Século XVIII*. Belém, Macapá e Mazagão. Porto: FAUP.
- Araujo, Renata Malcher de (2012). “A urbanização da Amazônia e do Mato Grosso no século XVIII povoações civis, decorosas e úteis para o bem comum da coroa e dos povos”. *Anais Do Museu Paulista: História e Cultura Material*, v. 20, n. 1, pp. 41-76.
- Arruda, Rinaldo et al. (2009). *Historia y Memorias De Las Tres Fronteras. Brasil, Perú Y Bolivia*. Cusco: Alpha Servicios Gráficos S.R.L.
- Bayon, Damián (1993). *Pensar con los ojos: ensayos de arte latino-americano*. México, Fondo de Cultura Económica.
- Becker, Bertha K (1982). *A geopolítica da Amazônia. A nova fronteira de recursos*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Beerman, Eric (1996). *Francisco Requena: La expedición de límites. Amazonia, 1779-1795*. Madrid: Compañía Literaria.
- Brugnara, Gisela de Andrade (2018). *A cultura vem a pé: práticas espaciais na Alta Amazônia*. Tese (Doutorado do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo), São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16136/tde-18092018-160642/pt-br.php> Acesso em: 02 de dez. de 2019.
- Bueno, Beatriz Piccolotto Siqueira (2004). “Decifrando mapas: sobre o conceito de “território” e suas vinculações com a cartografia”. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, v.12, n.1, jan./dez., pp. 193-234. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142004000100018 Acesso em: 20 de nov. de 2019.
- Bueno, Beatriz Piccolotto Siqueira (2011a). *Desenho e Designio: o Brasil dos Engenheiros Militares (1500-1822)*. São Paulo: EDUSP/FAPESP.
- Bueno, Beatriz Piccolotto Siqueira (2011b). “Com as mãos sujas de cal e tinta, homens de múltiplas habilidades: os engenheiros militares e a cartografia na América Portuguesa (séculos XVI-XIX)”, *Anais do I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica*, pp. 1-14.
- Bueno, Beatriz Piccolotto Siqueira (2012). “A arquitetura das fronteiras do Brasil: duas faces de um mesmo problema”. *Arquitextos* (São Paulo), v.148, n/p.
-

Bueno, Beatriz Piccolotto Siqueira; Kantor, Íris. “Expedições de demarcação luso-hispânicas na Amazônia Andina (1750-1804): leituras entrecruzadas dos diários, mapas e aquarelas”. In: Cardim, Pedro; Martín Marcos, David (ed.). (Org.). *Monarquias encontradas*. Estudos sobre Portugal y España en los siglos XVII y XVIII. Madrid: Silex/CHAM - Centro de Estudos de Além Mar, 2013, pp. 303-326.

Cabral, Pedro Hungria (2019). *Imagens dos povoados e vilas do interior brasileiro na iconografia e relatos das expedições de Alexandre Rodrigues Ferreira*. Mestrado em andamento, FAUUSP.

Campos, Simone Martinoli Madeira (2004). *O Estado brasileiro e o processo de formação do espaço do Acre*. Tese (Doutorado do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo), São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

Carvalho, Marcio. Rodrigo Cêlho de (2020). *Entre o Uwa'kürü e o Acre: fragmentos da formação territorial e urbana entre vazios e inexistências*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

Carvalho JR., Roberto Zahluth de (2015). *Dominar homens ferozes*. Missionários carmelitas no Estado do Maranhão e Grão-Pará (1686-1757). Tese (Doutorado), Salvador, Universidade Federal da Bahia.

Clement, Charles R.; Denevan, William M.; Heckenberger, Michael J.; Junqueira, André Braga; Neves, Eduardo G.; Teixeira, Wenceslau G.; Woods, William (2015). “The domestication of Amazonia before European conquest”. *Proc. The Royal Society Publishing*, vol. 282. Disponível em: <https://royalsocietypublishing.org/doi/10.1098/rspb.2015.0813> Acesso em: 20 de ago. de 2019.

Domingues, Ângela (1991). *Viagens de exploração geográfica na Amazônia em finais do século XVIII: Política, Ciência e Aventura*. Lisboa: Analecta Transmarina. Série Atlântica, n. 2. Instituto de História Além-mar- FCSH UNL, Imprensa de Coimbra.

Farage, Nádia (1991). *As Muralhas dos Sertões*. Os povos indígenas no rio Branco e a colonização. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Faria, Miguel Figueira de (2001). *A imagem útil*. José Joaquim Freire (1760-1847) desenhador topográfico e de história natural: arte, ciência e razão de estado no final do antigo regime. Lisboa: EDUAL.

Franco, Camila; PATACA, Ermelinda Moutinho (2014). “Implementação de bancos de dados georreferenciados das Viagens Filosóficas Portuguesas (1755-1808) e a criação de um material didático com o uso do Google Earth”, *Anais do VII Congresso Brasileiro de Geógrafos*.

Guerra, Antonio Teixeira (1951). “Alguns aspectos geográficos da cidade de Rio Branco e do núcleo colonial Seringal empresa (Território do Acre)”. *Revista Brasileira de Geografia*, ano 13, n. 4, out.-dez., pp. 545-576.

Guerra, Antonio Teixeira (1955). *Estudo geográfico do Território do Acre*. Rio de Janeiro: IBGE.

Jordán, Pilar García (2001). *Cruz y arado, fuziles y discursos*. La construcción de Los Orientes en el Perú y Bolivia 1820-1940. Lima: Tarea Asociación Gráfica Educativa.

Lobo, Eulália Maria Lahmeyer (1960). *Caminhos de Chiquitos às Missões Guaranis de 1690 a 1718*. São Paulo: Coleção da “Revista de História”.

Moscoso, Fernando Rosas (2008). *Del río de la plata al Amazonas: Perú y el Brasil en la época de la dominación ibérica*. Lima: Universidad Ricardo Palma.

Oberacker JR., Carlos H. (1972). “Dois cartógrafos alemães a serviço do Brasil no século XVIII: Johann Andreas Schwebel e Filipe Sturm”. *Revista de História*, v. 44, n. 89, pp. 93-109.

- Pataca, Ermelinda Moutinho (2015). *Mobilidades e permanências de viajantes no Mundo Português*. Entre práticas e representações científicas e artísticas. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Reis, Artur César Ferreira (1956). *A Amazônia que os portugueses revelaram*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/Serviço de Documentação.
- Reis, Artur César Ferreira (1941). *Conquista do Acre (Tese ao III Congresso sul-riograndense de História e Geografia)*. Porto Alegre: Of. Gráf. Da Livraria Globo.
- Reis Filho, Nestor Goulart (2001). *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: Edusp.
- Roca, José Luis (2001). *Economía Y Sociedad en el Oriente Boliviano (Siglos XVI-XX)*. Santa Cruz: Cotas.
- Roux, Jean Claude (2001). “De los limites a la frontera: o los mallentendidos de la geopolítica amazónica”. In: Jordán, Pilar Garcia (Org.). *Dept. de História de América “Fernández de Oviedo”* – Instituto de Historia. Madri: Gráfica Loureiro, Revista de Índias, vol. LXI, núm.223, pp. 513-539.
- Schaan, Denisel Pahl. “Paisagens, Imagens e Memórias da Amazônia Pré-Colombiana”. In: Siveira, Flavio Abreu da; Cancela, Crisitna Donza (Orgs.). *Paisagem e Cultura: dinâmica do patrimônio e da memória na atualidade*. Belém: Editora Universitária - EDUFPA, 2009, pp. 07-20.
- Schaan, Denise; BUENO, Miriam; Ranzi, Alceu; Barbosa, Antonia; Silva, Arlan; Casagrande, Edegar; Rodrigues, Allana; Dantas, Alessandra; Rampanelli, Ivandra (2010). “Construindo Paisagens Como Espaços Sociais: O Caso dos Geoglifos do Acre”. *Revista de Arqueologia/Sociedade de Arqueologia Brasileira*. São Paulo: SAB, v. 23, n. 1, pp. 30-41.
- Smith, Robert C. (1946). “Requena and the Japurá: some eighteenth century watercolors of the Amazon and other rivers”. *The Americas*, v. 3, n. 1, pp. 31-65.
- Tocantins, Leandro (1961). *Formação Histórica do Acre*. Rio de Janeiro: Conquista.Tocantins, Leandro (1976). *O Estado do Acre*. Rio de Janeiro: Bloch.
- Tocantins, Leandro (1979). *Formação histórica do Acre*. Volume II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

ANEXOS

Fontes iconográficas e textuais primárias

- Ferreira, Alexandre Rodrigues (1971). *Viagem Filosófica às Capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*. Volume 1: Geografia – Antropologia. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura.
- Ferreira, Alexandre Rodrigues (1983). *Viagem filosófica ao Rio Negro*. 1. ed. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi.
- Noronha, Jose Monteiro de (1862). *Roteiro da viagem da cidade do Pará até as ultimas colonias do sertão da provincia, escripto na Villa de Barcellos pelo vigario geral do Rio Negro, o padre Dr. José Monteiro de Noronha, no ano de 1768*. Pará: Typographia de Santos & Irmãos.Sampaio, Francisco Xavier Ribeiro de (1825). *Diario da Viagem que em visita, e correição das povoações da Capitania de S. Joze do Rio Negro fez o ouvidor, e intendente geral da mesma Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, no anno de 1774 e 1775*. Lisboa: Typografia da Academia.

Schwebel, João André (1756). *Collecçam dos prospectos das aldeas, e lugares mais notaveis que se acham em o mapa que tiraram os engenheiros de expediçam principiando da cidade do Pará the a aldeia de Mariua no Rio-Negro, onde se acha o arrayal, alem dos prospectos de outras tres ultimas aldeas chamadas Camará, Bararuá, Dari; situadas no mesmo rio*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1095066/mss1095066.htm Acesso em: 10 dez. 2020.

Fontes cartográficas

Mapa de los Confines del Brazil com las Tierras de la Corona de Es p.^a de la America Meridional e destaque (vermelho) para o localização aproximada do Acre. Datado entre 1775 e 1799. Biblioteca Pública e Municipal do Porto - BPMP.

Requena y Herrera, Francisco. Mapa de parte de los virreynatos de Buenos Aires, Lima, Sta. Fe y capitania g^{ral}. de Caracas en la America meridional con las colonias portuguesas limitrofes para acompañar al proyecto y reflexiones sobre la mejor demarcacion de limites entre los dominios de ambas coronas dispuesto y construído, 1796.1 ms. map : col.; 78 x 64 cm. Library of Congress Geography and Map Division Washington, D.C. 20540-4650.

Carta Geographica de Projeção Espherica da Nova Lusitânia ou América Portuguesa e Estado do Brazil [1797]. 1 mapa em 16 folhas coladas: ms., color., 199 x 202 cm. Direcção dos Serviços de Engenharia - Lisboa.

NOTAS

1. Texto original: Em efecto, gran parte de la delimitación por establecer atravesaba regiones vírgenes, o sea inexploradas, que sólo contában com cartografias esquemáticas o imaginarias. Era el caso de las vastas cuencas hidrográficas dependientes del Amazonas, (Yavarí, Yuria, Purus y Madeira), situadas em el segmento central de la demarcación.
2. §III, Trata da Demarcação do Artigo XI^o desde a Confluência dos Rios Guaporé e Mamoré até a boca mais occidental do Japurá - Conciderações geraes sobre alguns pontos da Demarcação estabelecida no tratado de Paz, e de Limites do 1^o de outubro de 1777, celebrado entre as Coroas de Portugal e de Espanha, pp. 37-45, Código n^o465. Biblioteca Pública Municipal do Porto - BPMP, Porto, Portugal (manuscritos).
3. Foi o período marcado pela ascensão da Dinastia Bourbon na Coroa Espanhola, fato que culminou na tentativa fracassada das reformas administrativas e econômicas empreendidas no século XVIII para o fortalecimento na América, de reafirmação do poder e do enfraquecimento da população crioula.

RESUMOS

Tema candente, a Amazônia está na ordem do dia na mídia nacional e internacional. Seu processo de urbanização em perspectiva histórica merece atenção no presente artigo, com vistas a mapear

a rede urbana (capelas, freguesias, vilas, cidades, fortes, aldeias missioneiras) resultante do colonialismo ibérico e seu papel no jogo das disputas e negociações entre Portugal, Espanha e populações autóctones. Por meio das tecnologias de georreferenciamento é possível aquilatar em quantidade e qualidade os núcleos urbanos, as lógicas de enraizamento e mobilidade, bem como mapear distâncias, ritmos, dinâmicas de ocupação, buscando compreender o quê e como era o mundo urbano em solos amazônicos no século XVIII em profunda simbiose com a floresta, a rede fluvial e os indígenas. Por meio dos recursos disponibilizados pelas Humanidades Digitais, o presente artigo é embasado em farta documentação iconográfica e cartográfica resultante das Expedições Científico-Demarcatórias – especialmente de Francisco Requena y Herrera e André Schwebel – e da Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. O georreferenciamento permite supor zonas mais e menos concentradas de presença castelhana e portuguesa, imaginar obstáculos naturais e indagar por quê o Acre permaneceu à margem do colonialismo até o século XIX. As aquarelas de Francisco Requena, as gravuras de André Schwebel e os desenhos da Viagem Filosófica revelam aspectos da cultura material em pinceladas que dão a ver um passado perdido no tempo e nos ensinam a pensar con los ojos.

Un tema urgente, la Amazonía está en la agenda de los medios nacionales e internacionales. Su proceso de urbanización desde una perspectiva histórica merece atención en este artículo, con miras a mapear el entramado urbano (capillas, parroquias, pueblos, ciudades, fortalezas, aldeas misioneras) resultante del colonialismo ibérico y su papel en el juego de disputas y negociaciones entre Portugal, España y poblaciones indígenas. Mediante tecnologías de georreferenciación es posible medir en cantidad y calidad los núcleos urbanos, las lógicas de enraizamiento y movilidad, así como mapear distancias, ritmos, dinámicas de ocupación, buscando comprender qué y cómo era el mundo urbano en los suelos amazónicos en el siglo XVIII en profunda simbiosis con la selva, la red fluvial y los pueblos indígenas. Utilizando los recursos puestos a disposición por las Humanidades Digitales, este artículo se basa en abundante documentación iconográfica y cartográfica resultante de las Expediciones Científico-Demarcadas –especialmente de Francisco Requena y Herrera y André Schwebel– y la Viaje Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. La georreferenciación permite asumir áreas cada vez menos concentradas de presencia castellana y portuguesa, imaginar obstáculos naturales y preguntarse por qué Acre se mantuvo al margen del colonialismo hasta el siglo XIX. Las acuarelas de Francisco Requena, de André Schwebel y los diseños de la Viaje Filosófica revelan aspectos de la cultura material en pinceladas que revelan un pasado perdido y nos enseñan a pensar con los ojos.

Thème brûlant, l'Amazonie est à l'ordre du jour des médias nationaux et internationaux. Son processus d'urbanisation dans une perspective historique mérite l'attention dans cet article, en vue de cartographier le réseau urbain (chapelles, paroisses, villes, cités, forts, villages missionnaires) issu du colonialisme ibérique et son rôle dans le jeu des dispute et des négociations entre le Portugal, L'Espagne et les populations autochtones. Grâce aux technologies de géoréférencement, il est possible de mesurer en quantité et en qualité les noyaux urbains, les logiques d'enracinement et de mobilité, ainsi que de cartographier les distances, les rythmes, les dynamiques d'occupation, en cherchant à comprendre ce qu'était et comment le monde urbain était dans les sols amazoniens au 18^{ème} siècle en symbiose profonde avec la forêt, le réseau fluvial et les peuples indigènes. Utilisant les ressources mises à disposition par les Humanités Digitales, cet article s'appuie sur une vaste documentation iconographique et cartographique issue des Expéditions de Démarcation Scientifique – notamment de Francisco Requena y Herrera et André Schwebel – et de la Voyage Philosophique d'Alexandre Rodrigues Ferreira. Le géoréférencement nous permet d'assumer des zones de plus en moins concentrées de présence castillane et portugaise, d'imaginer des obstacles naturels et de se demander pourquoi l'Acre est restée en marge du colonialisme jusqu'au 19^{ème} siècle. Les aquarelles de Francisco Requena, les estampes d'André Schwebel et les dessins de la Voyage Philosophique révèlent des aspects de la culture

matérielle par des coups de pinceau qui révèlent un passé perdu dans le temps et nous apprennent à penser avec les yeux.

An urgent theme, the Amazon is on the agenda in the national and international media. Its urbanization process from a historical perspective deserves attention in this article, with a view to mapping the urban network (chapels, parishes, towns, cities, forts, missionary villages) resulting from Iberian colonialism and its role in the game of disputes and negotiations between Portugal, Spain and indigenous populations. Through georeferencing technologies it is possible to measure in quantity and quality the urban nuclei, the logics of rooting and mobility, as well as to map distances, rhythms, dynamics of occupation, seeking to understand what and how the urban world was in Amazonian soils in the century XVIII in deep symbiosis with the forest, the river network and the indigenous people. Using the resources made available by the Digital Humanities, this article is based on abundant iconographic and cartographic documentation resulting from the Scientific-Demarcation Expeditions - especially by Francisco Requena y Herrera and André Schwebel - and the Philosophical Journey of Alexandre Rodrigues Ferreira. Georeferencing makes it possible to assume more and less concentrated areas of Castilian and Portuguese presence, to imagine natural obstacles and to ask why Acre remained on the margins of colonialism until the 19th century. The watercolors by Francisco Requena, by André Schwebel and the designers of the Philosophical Journey reveal aspects of material culture in brushstrokes that reveal a past wasted time and teach us to *pensar con los ojos*.

ÍNDICE

Palabras claves: historia de la urbanización, viajes filosóficos, Amazónia del siglo xviii, iconografía, humanidades digitales

Mots-clés: histoire de la urbanisation, voyages philosophiques, Amazonie au 18eme siècle, iconographie, humanités digitales

Palavras-chave: história da urbanização, viagens filosóficas, Amazônia setecentista, iconografia, humanidades digitais

Índice cronológico: Século XVIII

Índice geográfico: Amazónia

Keywords: history of urbanization, philosophical journey, 18th Century Amazon, iconography, digital humanities

AUTORES

BEATRIZ PICCOLOTTO SIQUEIRA BUENO

Professora Associada da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo
beatrizbueno@usp.br

PEDRO HUNGRIA CABRAL

Mestrando em História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, Bolsista FAPESP (Processo 2019/08732-7)
phcabral@usp.br

MARCIO RODRIGO CÔELHO DE CARVALHO

Doutor em História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, IPHAN/CE.

marcioarqurb@gmail.com